RAIA DROGASIL S.A.
CNPJ/MF Nº 61.585.865/0001-51
NIRE 35.300.035.844

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos artigos 9, 10 e 12 da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009 (“Instrução CVM 481”)

São Paulo, 27 de fevereiro de 2015. A **RAIA DROGASIL S.A.** (“Companhia”), sociedade com sede na Avenida Corifeu de Azevedo Marques, 3097, Butantã, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, vem, por meio deste, apresentar as seguintes Propostas da Administração relativamente às matérias constantes da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 9 de abril de 2015, às 15:00 horas, conforme abaixo.

I - Assembleia Geral Ordinária:

a) prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, acompanhadas do Relatório da Administração, Parecer dos Auditores Independentes, a serem publicados na edição do Diário Oficial do Estado de São Paulo e Valor Econômico do dia 27 de fevereiro de 2015, e parecer do Conselho Fiscal;

O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia preparadas pela administração da Companhia, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social findo em 31/12/2014, serão publicados nas edições do Diário Oficial do Estado de São Paulo e Valor Econômico do dia 27 de fevereiro de 2015.

Os comentários dos Diretores sobre a situação financeira da Companhia, exigidos pelo item 10 do Formulário de Referência, conforme a Instrução nº 480, de 7 de dezembro de 2009, da Comissão de Valores Mobiliários (“Instrução CVM nº 480”), constam do Anexo I ao presente.

b) a destinação do lucro líquido do exercício, referendando as apropriações de juros sobre capital próprio previamente deliberadas pelo Conselho de Administração, os quais serão imputados ao dividendo obrigatório.

A proposta de destinação do lucro líquido e demais lucros acumulados é:

Lucro Líquido do Exercício	R\$ 221.386.431,52
Realização da Reserva de Reavaliação	R\$ 186.010,94
Dividendos Prescritos	R\$ 196.312,50
Valor total a ser destinado	R\$ 221.768.754,96

Destinações:

Reserva Legal 5%	R\$ 11.069.321,58
Reserva Estatutária (48,4% do resultado líquido do exercício)	R\$ 107.180.856,36
Juros Sobre Capital Próprio apropriado em 2014 (valor bruto)	R\$ 74.558.749,88
Juros Sobre o Capital Próprio complementar (valor bruto)	R\$ 28.959.827,14

Propõe-se que não seja realizada a distribuição de dividendos com base no exercício de 2014, e que os Acionistas referendam as apropriações de juros sobre capital próprio previamente deliberadas pelo Conselho de Administração em reuniões extraordinárias de (b.1.) 21 de março de 2014, no valor bruto de R\$ 7.730.000,00, à razão de R\$ 0,023396875 por ação; (b.2.) 23 de junho de 2014, conforme retificada em 01 de julho de 2014, no valor bruto de R\$ 21.328.749,88, à razão de R\$ 0,064772720 por ação; (b.3.) 22 de setembro de 2014, no valor bruto de R\$ 22.000.000,00, à razão de R\$ 0,066811222; (b.4.) 11 de dezembro de 2014, no valor bruto de R\$ 23.500.000,00, à razão de R\$ 0,071366532 por ação; e (b.5) de 26 de fevereiro de 2015, no valor bruto de R\$ 28.959.827,14, à razão de R\$ 0,087947338 por ação, imputando a apropriação dos juros sobre capital ao dividendo obrigatório, com indicação da data de pagamento aos acionistas, o qual será realizado sem acréscimo de correção monetária ou juros. Os valores indicados nos itens “b.1” e “b.2” acima foram pagos aos acionistas em 01 de dezembro de 2014. Os valores indicados nos itens “b.3”, “b.4” e “b.5” acima serão pagos aos acionistas sem acréscimo de correção monetária ou juros, em uma única parcela no dia 29 de maio de 2015.

As informações indicadas no Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481 estão disponíveis para consulta dos Acionistas no Anexo II da presente Proposta.

c) a eleição e reeleição, conforme o caso, dos membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração;

Propõe-se a eleição e reeleição, conforme o caso, dos membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração, bem como a reeleição do Presidente do Conselho de Administração da Companhia;

As informações indicadas nos itens 12.5 a 12.10 do Anexo A da Instrução CVM nº 552, estão disponíveis para consulta dos Acionistas no Anexo III da presente Proposta.

d) fixação da remuneração anual global dos administradores da Companhia.

Proposta de remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia para o exercício de 2015, no valor total líquido de até 20.885.629,00 (vinte milhões oitocentos e oitenta e cinco mil seiscentos e vinte e nove).

Apresenta-se, a seguir, o valor da verba proposta:

Proposta de Remuneração para o Exercício de 2015 no valor líquido de até R\$ 20.885.629,00 (vinte milhões oitocentos e oitenta e cinco mil seiscentos e vinte e nove reais).

ADMINISTRADORES	Remuneração Fixa	Remuneração Variável (Máximo)	Remuneração Baseado em Ações	TOTAL
Conselheiros	1.687.884,00	0,00	0,00	1.687.884,00
Diretoria	9.256.215,00	9.941.530,00	0,00	19.197.745,00
TOTAL	10.944.099,00	9.941.530,00	0,00	20.885.629,00

As informações indicadas no item 13, do Anexo 24, da Instrução CVM nº 480, estão disponíveis para consulta dos Acionistas no Anexo IV da presente Proposta.

Anexamos à presente: **(i)** o Anexo I, contendo detalhadamente todos os comentários dos Diretores sobre a situação financeira da Companhia, item 10 do Formulário de Referência, conforme a Instrução CVM nº 480; **(ii)** o Anexo II, contendo as informações indicadas no Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481, em relação à destinação do lucro líquido; **(iii)** o Anexo III, contendo detalhadamente informações indicadas nos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência, conforme a Instrução CVM nº 552, com relação a cada um dos membros do Conselho de Administração da Companhia a serem eleitos e/ou reeleitos, nos termos do Artigo 10 da Instrução CVM nº 481 e com relação aos membros do Conselho Fiscal e dos Comitês não estatutários em exercício; e **(iv)** o Anexo IV contendo detalhadamente todas as informações relativas à proposta de remuneração dos Administradores, nos termos do item 13, do Formulário de Referência, da Instrução CVM nº 480.

Eugênio De Zagottis
Diretor de Relações com Investidores

ANEXO I

(Conforme item 10 do Formulário de Referência, da Instrução CVM nº 480)

Comentários dos Diretores sobre a situação financeira da Companhia

10.1. Resultado Operacional e Financeiro

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

Em 31 de dezembro de 2014 possuíamos 1.091 lojas em operação, nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Bahia, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Somos a maior rede de drogarias do país, em termos de faturamento e número de lojas, segundo o ranking da Abrafarma relativo a 2014. Os recursos utilizados para a operação de nossas atividades, incluindo a abertura, modernização e manutenção das lojas são provenientes da comercialização de medicamentos de marca, medicamentos genéricos, OTC e artigos de perfumaria, bem como da prestação de serviços aos nossos clientes.

Em decorrência da evolução consistente nos resultados operacionais da empresa ao longo dos últimos anos e da confortável situação de liquidez atual, acreditamos que a empresa possui sólidas condições patrimoniais e financeiras necessárias à condução de nossa operação.

Em 2014, a companhia apresentou um EBITDA ajustado de R\$ 506.168 mil, em comparação a R\$ 357.035 mil em 2013, representando um crescimento de 41,8% (R\$ 325.846 mil em 2012).

Adicionalmente, mantivemos uma situação de liquidez estável ao longo dos últimos anos. Ao final de 2014, nosso índice de liquidez corrente estava em 1,76, comparado a 1,87 no ano de 2013, representando uma pequena queda de 0,11 (1,96 em 2012).

Importante mencionar que em 31 de dezembro de 2014 o nosso caixa e equivalentes de caixa atingiu R\$ 281.189 mil (Dez/13 - R\$ 241.885 mil, Dez/2012 - R\$ 166.963 mil), enquanto os financiamentos da companhia no mesmo período totalizavam R\$ 281.237 mil (Dez/13 - R\$ 244.825 mil, Dez/2012 - R\$ 192.172 mil). Este aumento no caixa e equivalentes de caixa é fruto da linha de crédito contratada junto ao BNDES.

O patrimônio líquido da companhia em 31 de dezembro de 2014 era de R\$ 2.456.937 mil (Dez/13 - R\$ 2.326.983 mil, Dez/2012 - R\$ 2.264.659 mil), apresentando um acréscimo de R\$ 129.954 mil ou 5,58%. Esse acréscimo deveu-se principalmente pela constituição de Reserva Estatutária no montante de R\$ 118.250 mil, em virtude do resultado da companhia, líquido dos dividendos e juros sobre o capital próprio pagos ou provisionados.

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

Nos últimos anos a companhia vem se financiando predominantemente com recursos próprios. Nosso endividamento bruto, ao final de 2014 totalizava R\$ 281.237 mil (Dez/13 - R\$ 244.825 mil, Dez/12 - R\$ 192.172 mil), composto principalmente por recursos de longo prazo captados junto ao BNDES, em comparação a um patrimônio líquido de R\$ 2.456.937 mil (Dez/13 - R\$ 2.326.983 mil, Dez/12 - R\$ 2.264.659 mil) e um caixa total de R\$ 281.189 mil (Dez/13 - R\$ 241.885 mil, Dez/12 - R\$ 166.963 mil).

i. hipóteses de resgate

Não existe a possibilidade de resgate de ações ou quotas.

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Não existe a possibilidade de resgate de ações ou quotas.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.

Pela estrutura financeira já relatada, a diretoria entende que a Companhia tem plena capacidade de honrar todos seus compromissos financeiros, bem como atender todas as necessidades de capital de giro e investimentos programados.

Em 31 de dezembro de 2014, o nosso passivo circulante era de R\$ 1.275.050 mil (Dez/13 - R\$ 1.020.003 mil, 2012 – R\$ 863.276 mil), valor inferior ao ativo circulante, que, na mesma data, era de R\$ 2.243.931 mil (2013 - R\$ 1.903.574 mil, 2012 – R\$ 1.693.864 mil), incluindo os valores da conta caixa e equivalentes de caixa, que representavam R\$ 281.189 mil (2013 - R\$ 241.885 mil, 2012 – R\$ 166.963 mil).

Importante ressaltar que o perfil de nossa dívida é bastante confortável. Ao final de 2014, nossa dívida de curto prazo era de R\$ 97.710 mil (2013 - R\$ 83.944 mil, 2012 – R\$ 60.712 mil), enquanto 65,3% do nosso endividamento bruto, R\$ 183.527 mil, tinha vencimento previsto para o longo prazo (2013 - R\$ 160.881 mil, 2012 – R\$ 131.460 mil). Finalmente, vale mencionar que a nossa dívida é composta principalmente de recursos do BNDES que normalmente pratica taxas de juros inferiores às médias praticadas pelo mercado.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A principal fonte de financiamento é a geração de caixa na operação da Companhia, complementada por linhas de crédito de longo prazo com o BNDES. As taxas de juros praticadas nas linhas de crédito estão especificadas na tabela abaixo:

Financiamento para aquisição de	Taxa média anual de juros de longo prazo
BNDES - FINAME	
Máquinas, equipamentos e veículos	(TJLP + 3,62% em Dez/13 e + 3,62% em Dez/12) a.a.
Empreendimentos	(TJLP + 3,70% em Dez/13 e + 3,80% em Dez/12) a.a.
BNDES - FINEM	
Empreendimentos	TJLP + 2,80% (+ 2,76% em Dez/13 e + 2,70% em Dez/12) a.a.
Empreendimentos	IPCA + 7,54% + 1,30% (+ 7,51% + 1,46% em Dez/13 e + 7,50% + 1,51% em Dez/12) a.a.
Máquinas e equipamentos	TJLP + 2,30% (+ 2,07% em Dez/13 e + 1,91% em Dez/12) a.a.
Máquinas e equipamentos	(IPCA + 7,44% + 2,30% em Dez/13 e + 7,44% + 2,30% em Dez/12) a.a.
BNDES - Subcrédito	

Empreendimentos	TJLP + 3,01% (+ 3,04% em Dez/13 e + 3,40% em Dez/12) a.a.
Empreendimentos	Selic + 2,86% (+ 2,37% em Dez/13 e + 2,36% em Dez/12) a.a.
Máquinas, equipamentos e veículos	Pré fixado 3,19% (3,18% em Dez/13 e 3,84% em Dez/12) a.a.
Máquinas, equipamentos e veículos	TJLP + 1,79% (+1,79% em Dez/13 e + 1,79% em Dez/12) a.a.
Máquinas, equipamentos e veículos	PSI + 6,00% (+ 0,00% em Dez/13 e + 0,00% em Dez/12) a.a.
Capital de giro	TJLP + 4,15% (+ 4,15% em Dez/13 e + 4,15% em Dez/12) a.a.
Capital de giro	Selic + 3,32% (+ 3,07% em Dez/13 e + 3,06% em Dez/12) a.a.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Nossos empréstimos e financiamentos incluem os instrumentos descritos na alínea (f) deste item 10.1. Não obstante a existência dos empréstimos e financiamentos descritos a seguir, acreditamos não possuir dependência de recursos advindos de terceiros para o desempenho de nossos negócios, tendo em vista nossa geração de caixa consistente e nossa solidez financeira.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possui financiamentos relevantes com o BNDES, diretos e indiretos, que montavam R\$ 281.237 mil (Dez/13 - R\$ 244.825 mil, Dez/2012 - R\$ 192.172 mil).

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não possuímos outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não se aplica.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

A Companhia tem parte dos financiamentos junto ao BNDES, substancialmente contratados na modalidade de subcréditos, totalizando R\$ 267.040 mil (Dez/13 - R\$ 214.206 mil, Dez/2012 - R\$ 139.161 mil) condicionados ao cumprimento de duas cláusulas restritivas (“covenants”):

- Margem EBITDA (EBITDA/Receita operacional líquida): igual ou superior a 3,6% e
- Dívida total líquida/Ativo total: igual ou inferior a 20%.

A mensuração dos “covenants” é anual e, em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012 não houve descumprimento às referidas exigências.

Caso essas exigências não fossem cumpridas, a Companhia daria ao BNDES fiança bancária para garantir o cumprimento do contrato.

A Companhia não possui contratos condicionados ao cumprimento de covenants não financeiros.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

No ano de 2010 assinamos contrato de financiamento mediante abertura de limite de crédito rotativo para três anos (2010, 2011 e 2012) junto ao BNDES no valor de R\$ 185.000 mil. Em 2012, foi liberado o valor de R\$ 10.974 mil correspondente aos investimentos financiáveis realizados em 2011 e o valor de R\$ 62.184 mil correspondente aos investimentos financiáveis em 2012. Em 2013, foi liberado o valor de R\$ 26.121 mil correspondente aos investimentos financiáveis realizados em 2012.

No ano de 2013 assinamos contrato de financiamento mediante abertura de limite de crédito rotativo para cinco anos (2013, 2014, 2015, 2016 e 2017) junto ao BNDES no valor de R\$ 705.600 mil. Foi liberado em 2013 o valor de R\$ 80.278 mil correspondente aos investimentos financiáveis realizados em 2013. Foi liberado em 2014 o valor de R\$ 37.704 mil correspondente aos investimentos financiáveis realizados em 2013 e o valor de R\$ 83.379 mil correspondente aos investimentos financiáveis realizados em 2014.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras:

Demonstração do Resultado (em milhares de R\$)	2012			2013			2014		
	AV		AH	AV		AH	AV		
Receita bruta de vendas e serviços	5.593.835	100,0%	15,6%	6.464.103	100,0%	118,5%	7.658.890	100,0%	
Impostos e devoluções sobre vendas e serviços	(213.107)	(3,8%)	8,5%	(231.184)	(3,6%)	115,6%	(267.321)	(3,5%)	
Receita líquida de vendas e serviços	5.380.728	96,2%	15,8%	6.232.919	96,4%	118,6%	7.391.569	96,5%	
Custo das mercadorias vendidas	(3.888.079)	(69,5%)	16,1%	(4.512.743)	(69,8%)	117,0%	(5.281.377)	(69,0%)	
Lucro bruto	1.492.649	26,7%	15,2%	1.720.176	26,6%	122,7%	2.110.192	27,6%	
Despesas									
Com vendas	(1.002.330)	(17,9%)	18,5%	(1.188.077)	(18,4%)	118,6%	(1.409.067)	(18,4%)	
Gerais e administrativas	(171.450)	(3,1%)	2,9%	(176.463)	(2,7%)	110,5%	(194.957)	(2,5%)	

Outras despesas operacionais, líquidas	(33.918)	(0,6%)	38,8%	(47.066)	(0,7%)	20,1%	(9.473)	(0,1%)
Despesas operacionais	(1.207.698)	(21,6%)	16,9%	(1.411.606)	(21,8%)	114,3%	(1.613.498)	(21,1%)
EBITDA	284.951	5,1%	8,3%	308.570	4,8%	161,0%	496.694	6,5%
Depreciação e Amortização	(124.327)	(2,2%)	27,7%	(158.736)	(2,5%)	118,2%	(187.568)	(2,4%)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	160.624	2,9%	(6,7%)	149.834	2,3%	206,3%	309.126	4,0%
Despesas financeiras	(18.902)	(0,3%)	7,4%	(20.310)	(0,3%)	124,3%	(25.250)	(0,3%)
Receitas financeiras	16.352	0,3%	(39,7%)	9.863	0,2%	186,0%	18.347	0,2%
Despesas / Receitas Financeiras	(2.550)	(0,0%)	309,7%	(10.447)	(0,2%)	66,1%	(6.902)	(0,1%)
Lucro antes do IR e da contribuição social	158.074	2,8%	(11,8%)	139.387	2,2%	216,8%	302.224	3,9%
Imposto de renda e contribuição social	(53.219)	(1,0%)	(27,8%)	(38.402)	(0,6%)	210,5%	(80.837)	(1,1%)
Lucro líquido do exercício	104.855	1,9%	(3,7%)	100.985	1,6%	219,2%	221.386	2,9%

Receita de Vendas

A nossa receita bruta de vendas e serviços é proveniente da comercialização de medicamentos de marca, medicamentos genéricos, OTC e artigos de perfumaria, bem como da prestação de serviços remunerados, tais como aplicações de injeção, aferição de pressão arterial e entregas em domicílio. Encerramos 2014 com R\$ 7.658,9 milhões de receita bruta (R\$ 6.464,1 milhões em 2013 e R\$ 5.593,8 milhões em 2012). OTC foi a categoria de maior crescimento, registrando um incremento de 0,2 ponto percentual no mix de vendas.

Lucro Bruto

Em 2014 obtivemos uma margem bruta de 27,6% sobre a receita bruta (26,6% em 2013 e 26,7% em 2012).

O retorno ao regime de substituição tributária no estado de São Paulo em dezembro de 2013 aliviou a carga tributária excessiva que nos onerava desde o 3T12, gerando um impacto positivo de 0,4 ponto percentual. Além disso, garantimos melhores condições de compras junto aos nossos fornecedores e implementamos mudanças táticas de precificação que elevaram a margem bruta em 0,4 ponto percentual.

EBITDA

Atingimos um EBITDA de R\$ 496,7 milhões (R\$ 308,6 milhões em 2013 e R\$ 285,0 milhões em 2012) e a margem EBITDA representou 6,5% da receita bruta (4,8% em 2013 e 5,1% em 2012).

O EBITDA foi impactado pelo aumento da margem bruta e a diluição registrada nas despesas operacionais, incluindo as despesas não recorrentes associadas à integração.

Lucro Líquido

Registramos um lucro líquido de R\$ 221,4 milhões em 2014 (R\$ 101,0 milhões em 2013 e R\$ 104,9 milhões em 2012). O expressivo aumento no lucro líquido pode ser atribuída à margem EBITDA mais alta combinada com a redução das despesas financeiras, que foram parcialmente compensadas pelo aumento do IR.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012

Receita de Vendas

Encerramos 2013 com R\$ 6.464,1 milhões de receita bruta (R\$ 5.593,8 milhões em 2012). Durante o ano registramos uma expansão expressiva em OTC, a categoria de maior crescimento, e em higiene e beleza. O crescimento de genéricos foi impactado pela ausência de novos lançamentos relevantes.

Lucro Bruto

Em 2013 obtivemos uma margem bruta de 26,6% (26,7% em 2012).

É importante ressaltar que no mês de dezembro voltamos a ser contribuintes substitutos no estado de São Paulo. Com isso, passamos a comprar as mercadorias já com os impostos recolhidos pelos nossos fornecedores ao invés de recolhermos os nossos próprios tributos na transferência de produtos dos nossos CDs para as lojas. Esta mudança nos permitirá reverter integralmente a perda de margem bruta de aproximadamente 0,4 ponto percentual por trimestre verificada na adoção do regime tributário anterior, no qual a nossa carga de impostos havia sido aumentada. Estimamos que a margem bruta esteja plenamente recomposta a partir do 2T14 em função do prazo de rotação dos estoques.

EBITDA

Atingimos um EBITDA de R\$ 308,6 milhões (R\$ 285,0 milhões em 2012) e a margem EBITDA representou 4,8% da receita bruta (5,1% em 2012).

O EBITDA foi impactado pelo aumento nas despesas operacionais, incluindo as despesas não recorrentes associadas à integração. Esperamos a contenção de custos durante o ano de 2014, o que deve impactar positivamente o EBITDA.

Lucro Líquido

Registramos um lucro líquido de R\$ 101,0 milhões em 2013 (R\$ 104,9 milhões em 2012). A redução no lucro líquido pode ser atribuída à margem EBITDA mais baixa, o aumento nas despesas de depreciação, despesas financeiras líquidas e aumento do IR.

Principais Variações nas Contas Patrimoniais

Ativo (R\$ mil)	2012			2013			2014		
		AV	AH		AV	AH		AV	
Circulante									
Caixa e Equivalentes de Caixa	166.963	5,0%	44,9%	241.885	6,7%	16,2%	281.189	6,9%	
Clientes	335.771	10,1%	11,2%	373.260	10,3%	24,8%	465.990	11,5%	
Estoques	973.396	29,1%	16,4%	1.132.620	31,3%	18,3%	1.340.199	33,1%	
Tributos a Recuperar	96.316	2,9%	(59,9%)	38.658	1,1%	1,0%	39.042	1,0%	
Outras Contas a Receber	116.772	3,5%	(6,7%)	108.953	3,0%	(1,3%)	107.590	2,7%	
Despesas do Exercício Seguinte	4.646	0,1%	76,5%	8.200	0,2%	21,0%	9.921	0,2%	
	<u>1.693.864</u>	<u>50,7%</u>	<u>12,4%</u>	<u>1.903.574</u>	<u>52,7%</u>	<u>17,9%</u>	<u>2.243.931</u>	<u>55,4%</u>	
Não Circulante									
Depósitos Judiciais	11.010	0,3%	(2,2%)	10.763	0,3%	31,2%	14.116	0,3%	
Tributos a Recuperar	9.614	0,3%	23,4%	11.859	0,3%	46,1%	17.330	0,4%	
Outros Créditos	1.178	0,0%	(38,2%)	728	0,0%	67,3%	1.218	0,0%	
Imobilizado	454.322	13,6%	18,1%	536.629	14,8%	20,7%	647.673	16,0%	
Intangível	1.170.198	35,0%	(1,7%)	1.150.539	31,8%	(2,2%)	1.125.021	27,8%	
	<u>1.646.322</u>	<u>49,3%</u>	<u>3,9%</u>	<u>1.710.518</u>	<u>47,3%</u>	<u>5,5%</u>	<u>1.805.358</u>	<u>44,6%</u>	
ATIVO	<u>3.340.186</u>	<u>100,0%</u>	<u>8,2%</u>	<u>3.614.093</u>	<u>100,0%</u>	<u>12,0%</u>	<u>4.049.289</u>	<u>100,0%</u>	

Passivo e Patrimônio Líquido (R\$ mil)	2012			2013			2014		
		AV	AH		AV	AH		AV	
Circulante									
Fornecedores	575.587	17,2%	16,7%	671.455	18,6%	29,8%	871.477	24,1%	
Empréstimos e Financiamentos	60.712	1,8%	38,3%	83.944	2,3%	16,4%	97.710	2,7%	
Salários e Encargos Sociais	92.899	2,8%	25,2%	116.352	3,2%	21,7%	141.548	3,9%	
Impostos, Taxas e Contribuições	40.489	1,2%	62,8%	65.920	1,8%	(35,9%)	42.230	1,2%	
Dividendo e Juros Sobre o Capital Próprio	5.451	0,2%	73,6%	9.464	0,3%	202,9%	28.664	0,8%	
Provisão para Demandas Judiciais	4.129	0,1%	19,0%	4.912	0,1%	6,1%	5.209	0,1%	
Outras Contas a Pagar	84.009	2,5%	(19,1%)	67.956	1,9%	29,8%	88.212	2,4%	
	<u>863.276</u>	<u>25,8%</u>	<u>18,2%</u>	<u>1.020.003</u>	<u>28,2%</u>	<u>25,0%</u>	<u>1.275.050</u>	<u>35,3%</u>	
Não Circulante									
Empréstimos e Financiamentos	131.460	3,9%	22,4%	160.881	4,5%	14,1%	183.527	5,1%	
Provisão para Demandas Judiciais	9.721	0,3%	(17,5%)	8.021	0,2%	(48,8%)	4.103	0,1%	
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	64.021	1,9%	46,8%	93.980	2,6%	34,0%	125.946	3,5%	

Outras Obrigações	7.049	0,2%	(40,1%)	4.224	0,1%	(11,8%)	3.726	0,1%
	212.251	6,4%	25,8%	267.107	7,4%	18,8%	317.303	8,8%
Patrimônio Líquido								
Capital Social	908.639	27,2%	0,0%	908.639	25,1%	0,0%	908.639	25,1%
Reservas de Capital	1.039.935	31,1%	0,0%	1.039.935	28,8%	(1,9%)	1.019.791	28,2%
Reserva de Reavaliação	13.127	0,4%	(1,4%)	12.941	0,4%	(1,4%)	12.755	0,4%
Reservas de Lucros	294.721	8,8%	21,2%	357.169	9,9%	33,1%	475.420	13,2%
Dividendo Adicional Proposto	8.237	0,2%	0,7%	8.298	0,2%	386,0%	40.331	1,1%
	2.264.659	67,8%	2,8%	2.326.983	64,4%	5,6%	2.456.937	68,0%
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.340.186	100,0%	8,2%	3.614.093	100,0%	12,0%	4.049.289	112,0%

Ativo circulante

Nosso ativo circulante cresceu R\$ 340.357 mil ou 17,9% passando de R\$ 1.903.574 mil em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 2.243.931 mil em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 1.693.864 em 2012).

As principais variações foram:

- (i) aumento de R\$ 39.303 mil ou 16,2% em caixa e equivalentes de caixa, que passaram de R\$ 241.885 mil em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 281.189 mil em 31 de dezembro de 2014, devido à linha de crédito concedida pelo BNDES (R\$ 166.963 mil em 2012);
- (ii) aumento de clientes em R\$ 92.731 mil ou 24,8%, que passaram de R\$ 373.260 mil em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 465.990 mil em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 335.771 em 2012), basicamente por conta do crescimento do nosso faturamento, destacando-se o aumento de R\$ 76.742 mil ou 23,6% dos recebíveis de cartões de crédito e débito, em virtude principalmente do incremento da receita bruta de vendas e do crescimento da participação média destas modalidades de pagamento em 2014.
- (iii) aumento de R\$ 207.580 mil ou 18,3% em estoques, que passaram de R\$ 1.132.620 mil em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 1.340.199 mil em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 973.396 mil em 2012). Esse aumento foi decorrente, principalmente, do nosso crescimento.

Ativo não circulante

Nosso ativo não circulante – realizável a longo prazo aumentou R\$ 9.314 mil ou 39,9% passando de R\$ 23.350 mil em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 32.664 mil em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 21.802 em 2012). A variação apresentada refere-se basicamente ao aumento de R\$ 5.470 mil no saldo da conta de ICMS sobre o ativo imobilizado, devido ao forte ritmo de expansão da rede de lojas.

O saldo contábil do nosso ativo imobilizado e intangível líquido de depreciação e amortização teve um aumento de R\$ 85.526 mil ou 5,1%, passando de R\$ 1.687.168 mil em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 1.772.694 mil em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 1.624.520 mil em 2012).

Os investimentos em ativos imobilizados e intangíveis em 2013 totalizaram R\$ 270.970 mil, estando este montante relacionado à abertura de novas lojas, além de reformas e modernizações de instalações, atualizações tecnológicas, sistemas e equipamentos para dar suporte ao processo de expansão e integração (R\$ 236.810 mil em 2013 e R\$ 257.959 mil em 2012).

Passivo circulante

O passivo circulante era de R\$ 1.275.050 mil em 31 de dezembro de 2014 quando comparado ao saldo de R\$ 1.020.003 mil em 31 de dezembro de 2013, apresentando um acréscimo de R\$ 200.021 mil ou 25,0% (R\$ 863.276 mil em 2012). Como percentual do total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante passou para 35,3% em 31 de dezembro de 2014 em comparação a um percentual de 28,2% observados em 31 de dezembro de 2013 (25,8% em 2012).

As principais variações foram:

(i) o aumento de R\$ 200.021 mil ou 29,8% em fornecedores, que passaram de R\$ 671.455 mil em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 871.477 mil em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 575.587 mil em 2012), é decorrente do aumento do tamanho da nossa operação.

(ii) o acréscimo de R\$ 13.766 mil ou 16,4% em financiamentos, que passaram de R\$ 83.944 mil em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 97.710 mil em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 60.712 mil em 2012). No curto prazo, esse aumento acontece pelas seguintes razões: reclassificação das parcelas do longo prazo vencíveis em até 365 dias, aliada a apropriação de juros no período, deduzidas das amortizações efetuadas (principal + juros) no período.

(iii) queda de R\$ 23.690 mil ou 35,9% em impostos taxas e contribuições, que passaram de R\$ 65.920 mil em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 42.230 mil em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 40.489 mil em 2012). Esse acréscimo é justificado principalmente pela variação da conta de ICMS a recolher, em decorrência da mudança do regime tributário realizada no 4T13.

(iv) aumento de R\$ 19.200 mil ou 73,6% em dividendos e juros sobre capital próprio, que passaram de R\$ 9.464 mil em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 28.664 mil em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 5.451 mil em 2012), em decorrência do aumento do lucro líquido da Companhia no período, com consequente reflexo na apropriação dos juros sobre o capital próprio.

Passivo não circulante

O passivo não circulante aumentou R\$ 50.196 mil ou 18,8%, passando de R\$ 267.107 mil em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 317.303 mil em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 212.251 mil em 2012). Como percentual do total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante passou para 8,8% em 31 de dezembro de 2014 em comparação a um percentual de 7,4% observados em 31 de dezembro de 2013 (6,4% em 2012).

As principais variações foram:

i) O aumento nos financiamentos que cresceram R\$ 22.646 mil ou 14,1%, passando de R\$ 160.881 mil em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 183.527 mil em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 131.460 mil em 2012), pelos seguintes fatores: i) aumento pela captação de

financiamentos junto ao BNDES; e ii) diminuição pela reclassificação das parcelas para o curto prazo vencíveis em até 365 dias.

ii) O aumento no imposto de renda e contribuição social diferidos, que cresceu R\$ 31.966 mil ou 34,0%, passando de R\$ 93.980 mil em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 125.946 mil em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 64.021 mil em 2012). Essa variação é basicamente explicada pelo aumento do saldo do IR e CS sobre as despesas que são excluídas temporariamente da base de cálculo para fins de apuração desses impostos (exclusões temporárias).

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido era de R\$ 2.456.937 mil em 31 de dezembro de 2014, comparado a um saldo de R\$ 2.326.983 mil verificado em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 2.264.659 mil em 2012), apresentando um aumento de R\$ 129.954 mil ou 5,6%. Essa variação é principalmente explicada pelo aumento na conta de Reservas de Lucros que passou de R\$ 357.169 mil em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 475.420 mil em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 294.721 mil em 2012), representando um acréscimo de R\$ 118.250 mil, em virtude do resultado da companhia, líquido dos dividendos e juros sobre o capital próprio pagos ou provisionados.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012

Ativo circulante

Nosso ativo circulante cresceu R\$ 209.710 mil ou 12,4% passando de R\$ 1.693.864 mil em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 1.903.574 mil em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 1.625.795 em 2011).

As principais variações foram:

(i) aumento de R\$ 173.008 mil ou 44,9% em caixa e equivalentes de caixa, que passaram de R\$ 166.963 mil em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 241.885 mil em 31 de dezembro de 2013, devido à linha de crédito concedida pelo BNDES em 2013 (R\$ 339.971 mil em 2011);

(ii) aumento de clientes em R\$ 37.489 mil ou 11,2%, que passaram de R\$ 335.771 mil em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 373.260 mil em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 287.843 em 2011), basicamente por conta do crescimento do nosso faturamento, destacando-se o aumento de R\$ 36.409 mil ou 12,6% dos recebíveis de cartões de crédito e débito, em virtude principalmente do incremento da receita bruta de vendas e do crescimento da participação média destas modalidades de pagamento em 2013.

(iii) aumento de R\$ 158.421 mil ou 19,4% em estoques, que passaram de R\$ 973.396 mil em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 1.132.620 mil em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 814.975 mil em 2011). Esse aumento foi decorrente, principalmente, do retorno ao regime de substituição tributária, ocorrido em dezembro, em função da antecipação do recolhimento do ICMS, que neste regime passa a integrar o custo de aquisição das mercadorias.

Ativo não circulante

Nosso ativo não circulante – realizável a longo prazo aumentou R\$ 1.548 mil ou 7,1% passando de R\$ 21.802 mil em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 23.350 mil em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 44.063 em 2011). A variação apresentada refere-se basicamente ao aumento de R\$ 2.246 mil no saldo da conta de ICMS sobre o ativo imobilizado, devido ao forte ritmo de expansão da rede de lojas.

O saldo contábil do nosso ativo imobilizado e intangível líquido de depreciação e amortização teve um aumento de R\$ 62.648 mil ou 3,9%, passando de R\$ 1.624.520 mil em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 1.687.168 mil em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 1.498.450 mil em 2011).

Os investimentos em ativos imobilizados e intangíveis em 2013 totalizaram R\$ 236.810 mil, estando este montante relacionado à abertura de novas lojas, além de reformas e modernizações de instalações, atualizações tecnológicas, sistemas e equipamentos para dar suporte ao processo de expansão e integração (R\$ 257.959 mil em 2012 e R\$ 150.987 mil em 2011).

Passivo circulante

O passivo circulante era de R\$ 1.020.003 mil em 31 de dezembro de 2013 quando comparado ao saldo de R\$ 863.276 mil em 31 de dezembro de 2012, apresentando um acréscimo de R\$ 156.727 mil ou 18,2% (R\$ 791.232 mil em 2011). Como percentual do total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante passou para 28,2% em 31 de dezembro de 2012 em comparação a um percentual de 25,8% observados em 31 de dezembro de 2012 (25,0% em 2011).

As principais variações foram:

(i) O aumento de R\$ 95.868 mil ou 16,7% em fornecedores que passaram de R\$ 575.587 mil em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 671.455 mil em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 536.399 mil em 2011). O principal motivo do aumento é decorrente do aumento do tamanho da nossa operação.

(ii) o acréscimo de R\$ 23.232 mil ou 30,3% em financiamentos, que passaram de R\$ 60.712 mil em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 83.944 mil em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 50.325 mil em 2011). No curto prazo, esse aumento acontece pelas seguintes razões: reclassificação das parcelas do longo prazo vencíveis em até 365 dias, aliada a apropriação de juros no período, deduzidas das amortizações efetuadas (principal + juros) no período.

(iii) aumento de R\$ 25.431 mil ou 62,8% em impostos taxas e contribuições, que passaram de R\$ 40.489 mil em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 65.920 mil em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 30.035 mil em 2011). Esse acréscimo é justificado principalmente pela variação da conta de ICMS a recolher, cujo saldo em 31 de dezembro de 2012 era de R\$ 346 mil, passando para R\$ 26.355 mil em 31 de dezembro de 2013, em decorrência da mudança do regime tributário realizada no 4T13.

(iv) aumento de R\$ 4.013 mil ou 73,6% em dividendos e juros sobre capital próprio, que passaram de R\$ 5.451 mil em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 9.464 mil em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 3.662 mil em 2011), em decorrência do aumento do lucro líquido da

Companhia no período, com conseqüente reflexo na apropriação dos juros sobre o capital próprio.

Passivo não circulante

O passivo não circulante aumentou R\$ 54.856 mil ou 25,8%, passando de R\$ 212.251 mil em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 267.107 mil em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 175.902 mil em 2011). Como percentual do total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante passou para 7,4% em 31 de dezembro de 2013 em comparação a um percentual de 6,4% observados em 31 de dezembro de 2012 (5,6% em 2011).

As principais variações foram:

i) O aumento nos financiamentos que cresceram R\$ 29.421 mil ou 22,4%, passando de R\$ 131.460 mil em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 160.881 mil em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 111.985 mil em 2011), pelos seguintes fatores: i) aumento pela captação de financiamentos junto ao BNDES; e ii) diminuição pela reclassificação das parcelas para o curto prazo vencíveis em até 365 dias.

ii) O aumento no imposto de renda e contribuição social diferidos, que cresceu R\$ 29.959 mil ou 46,8%, passando de R\$ 64.021 mil em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 93.980 mil em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 51.715 mil em 2011). Essa variação é basicamente explicada pelo aumento do saldo do IR e CS sobre as despesas que são excluídas temporariamente da base de cálculo para fins de apuração desses impostos (exclusões temporárias).

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido era de R\$ 2.326.983 mil em 31 de dezembro de 2012, comparado a um saldo de R\$ 2.264.659 mil verificado em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 2.201.174 mil em 2011), apresentando um aumento de R\$ 62.324 mil ou 2,8%. Essa variação é principalmente explicada pelo aumento na conta de Reservas de Lucros que passou de R\$ 294.721 mil em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 357.169 mil em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 229.537 mil em 2011), representando um acréscimo de R\$ 62.448 mil, em virtude do resultado da companhia, líquido dos dividendos e juros sobre o capital próprio pagos ou provisionados.

10.2. Resultado Operacional e Financeiro

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Companhia gera receitas principalmente na venda de medicamentos e não medicamentos. Segue a abertura das receitas da Controladora nos últimos três anos:

(R\$ mil)	<u>2014</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Marca	3.374.836	2.870.062	2.506.038
Genéricos	883.518	749.836	660.073

OTC	1.323.739	1.098.898	922.983
Medicamentos	5.582.093	4.718.795	4.089.094
Não Medicamentos	2.076.797	1.745.308	1.504.742
Total Geral	7.658.890	6.464.103	5.593.835

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Vide item 10.1, letra h.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

Negociamos com os fornecedores contratos anuais de compras que estabelecem, para cada linha de produto, os descontos comerciais sobre o Preço Fábrica que terão vigência ao longo do ano todo e o prazo de pagamento, e que historicamente só são alteradas em caso mudanças tributárias ou de mudanças estruturais de mercado.

O Preço Fábrica dos Medicamentos é reajustado pelo Governo anualmente no mês de abril, em conjunto com o Preço Máximo ao Consumidor, de forma que, quando passamos a comprar com preços reajustados, majoramos simultaneamente os nossos preços de venda aos consumidores. Em 2014, o reajuste de preços ao consumidor foi de 3,3% em 2013 de 4,6% e em 2012 de 2,8%.

No caso dos Produtos de Perfumaria, nossas compras são feitas diretamente dos fabricantes, e as condições comerciais são bastante estáveis ao longo do ano.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A desvalorização do Real em relação ao Dólar pode criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e poderá nos afetar negativamente. As desvalorizações normalmente afastam o acesso ao mercado financeiro estrangeiro e instigam a intervenção governamental, incluindo políticas governamentais recessivas. As desvalorizações também reduzem o valor em Dólar dos dividendos e outras distribuições feitas em relação às nossas ações e o valor equivalente em Dólar das nossas ações.

Tendo em vista que todos os nossos passivos e nossas despesas operacionais estão denominados em Reais, o nosso resultado de operações e situação financeira não são diretamente afetados pela variação da taxa de câmbio Real x Dólar. Entretanto, a taxa de câmbio tende a afetar o custo de grande parte de nossos fornecedores, que, em momentos de reversão de expectativa podem repassar parte da elevação de seus custos através da redução de descontos comerciais praticados ao varejo.

Estamos sujeitos a leis federais que impõem controle de preços à maioria dos produtos farmacêuticos que nós vendemos. Os preços que podemos cobrar sobre esses produtos estão sujeitos ao limite reajustado anualmente de acordo com os termos da lei federal para

refletir as mudanças da inflação. Esse controle de preço poderia resultar em uma menor margem de lucro em drogaria do que aqueles comumente realizados nos produtos farmacêuticos que não estão sujeitos ao controle de preço, afetando a nossa lucratividade. Não é possível prever se o Governo Federal irá impor controles de preço adicionais ou mais restritivos para os produtos farmacêuticos no futuro, o que poderia afetar-nos adversamente. Qualquer um dos motivos citados poderá afetar adversamente nossos negócios, resultados de operações e fluxo de caixa, bem como o preço de mercado de nossas ações.

10.3. Efeitos Relevantes nas DFs

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não introduzimos ou alienamos qualquer segmento operacional durante os três últimos exercícios sociais.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Adquirimos 100% das ações da Raia S.A., que se tornou nossa subsidiária integral em novembro de 2011 e foi incorporada em 30 de novembro de 2012.

c. eventos ou operações não usuais

Não houve eventos ou operações não usuais.

10.4. Mudanças nas Práticas Contábeis/ Ressalvas e Ênfases

a. mudanças significativas nas práticas contábeis:

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis:

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor:

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis.

10.5. Políticas Contábeis Críticas

a. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. As provisões para demandas judiciais são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes para cobrir perdas prováveis. As demandas avaliadas como estimativas de perdas possíveis são divulgadas em nota explicativa e aquelas avaliadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas.

b. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida quando for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser medida de forma confiável. A receita é medida com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos incondicionais, abatimentos, impostos ou encargos sobre vendas e prestação de serviços.

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem integralmente transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega. A receita de prestação de serviços é reconhecida na entrega dos serviços prestados.

c. Ajuste a valor presente

Os elementos integrantes do ativo e do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações atuais do mercado. A Administração efetuou análise dos valores de ativo e passivo, não tendo identificado saldos e transações para os quais o ajuste a valor presente seja aplicável e relevante para efeito das demonstrações financeiras.

d. Impostos

As estimativas de recuperação dos créditos tributários estão suportadas pelas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios ou com base em expectativas da obtenção de condições, como regimes especiais, que permitam a realização dos créditos. Consequentemente essas estimativas estão sujeitas às incertezas inerentes a essas previsões.

e. Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercado ativo, será determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esse método se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

10.6. Controles Internos

a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las:

Os controles internos da Companhia podem ser considerados confiáveis, uma vez que não houve registro de fraude ou outro tipo de fato importante relacionado e os auditores independentes não reportaram qualquer falha que pudesse comprometer as demonstrações financeiras em seus relatórios.

b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente:

Conforme comentado no item anterior, não foram reportadas pelos auditores falhas que pudessem comprometer as demonstrações financeiras.

10.7. Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não houve oferta pública nos últimos três anos.

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não se aplica.

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não se aplica.

10.8. Itens Relevantes Não Evidenciados nas DFs

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não detemos ativos e passivos que não sejam registrados em nosso balanço patrimonial.

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não detemos ativos e passivos que não sejam registrados em nosso balanço patrimonial.

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não detemos ativos e passivos que não sejam registrados em nosso balanço patrimonial.

iv. contratos de construção não terminada

Não detemos ativos e passivos que não sejam registrados em nosso balanço patrimonial.

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não detemos ativos e passivos que não sejam registrados em nosso balanço patrimonial.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.9. Comentários Sobre Itens Não Evidenciados

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não existem outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

b. natureza e o propósito da operação

Não existem outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não existem outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.10. Plano de Negócios

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os investimentos da Companhia são direcionados em sua maioria para expansão da rede, reforma e modernização de lojas. Em 2014, foi investido um valor total de R\$ 270.970 mil em ativos imobilizados e intangíveis (2013 - R\$ 236.810 mil, 2012 - R\$ 257.959 mil). Para 2015, esperamos abrir 130 lojas, além de investimentos em programa de manutenção e reforma de lojas, bem como atualizações tecnológicas, sistemas e equipamentos para dar suporte ao processo de expansão.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

A principal fonte de financiamento para os investimentos é a geração de caixa na operação da Companhia, complementada por linhas de crédito de longo prazo com o BNDES.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não houve desinvestimento nos últimos três anos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor:

Não foram adquiridas quaisquer plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que possam influenciar materialmente a nossa capacidade produtiva.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não possuímos pesquisas em andamento.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não possuímos gastos para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Não possuímos projetos em desenvolvimento.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não desenvolvemos novos produtos e serviços.

10.11. Outros Fatores Com Influência Relevante

Não houve outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

ANEXO II

(Conforme Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481)

Proposta de Destinação do Lucro Líquido

1. Lucro Líquido do Exercício: R\$ 221.386.431,52

2. Montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

Descrição	Declarado em	Data de pagamento	Valor bruto por ação	Valor bruto	IRRF	Valor líquido
Juros s/capital próprio	21/03/2014	01/12/2014	0,023396875	7.730.000,00	1.091.958,85	6.638.041,15
Juros s/capital próprio	23/06/2014	01/12/2014	0,064772720	21.328.749,88	3.015.230,19	18.313.519,69
Juros s/capital próprio	22/09/2014	29/05/2015	0,066811222	22.000.000,00	3.101.642,95	18.898.357,05
Juros s/capital próprio	11/12/2014	29/05/2015	0,071366532	23.500.000,00	3.352.592,36	20.147.407,64
Juros s/capital próprio Adicional	26/02/2015	29/05/2015	0,087947338	28.959.827,14	4.343.974,07	24.615.853,07
Total global				103.518.577,02	14.905.398,42	88.613.178,60

3. Percentual do lucro líquido do exercício distribuído: 46,76%

4. Não foram distribuídos dividendos com base em lucro de exercícios anteriores.

5. Remuneração aos acionistas, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

Não será feita a distribuição de dividendos com base no exercício de 2014.

6. Não foram declarados dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

7. Tabelas comparativas indicando, para o exercício e para os 3 (três) exercícios anteriores, o lucro líquido e a remuneração, indicando ainda, para esta última, os valores por ação de cada espécie e classe:

a) Totais

Exercício	Lucro Líquido	Remuneração			
		Classe e espécie de ação	Dividendo	Juros sobre capital próprio	Total
2011	68.696.121,99	ON	-	31.300.000,00	31.300.000,00
2012	104.854.823,24	ON	-	40.000.000,00	40.000.000,00
2013	100.985.262,33	ON	-	38.900.000,00	38.900.000,00
2014	221.386.431,52	ON	-	103.518.577,02	103.518.577,02

b) Valores por ação

Descrição	Exercício	Classe e espécie de ação	Declarado em	Valor bruto por ação	Montante global
Juros s/ capital próprio	2011	ON	21/03/2011	0,043403358	8.150.000,00
Juros s/ capital próprio	2011	ON	21/06/2011	0,044734750	8.400.000,00
Juros s/ capital próprio	2011	ON	22/12/2011	0,044644749	14.750.000,00
Total					31.300.000,00

Juros s/ capital próprio	2012	ON	21/03/2012	0,021187338	7.000.000,00
Juros s/ capital próprio	2012	ON	21/06/2012	0,055995109	18.500.000,00
Juros s/ capital próprio	2012	ON	21/09/2012	0,043888058	14.500.000,00
Total					40.000.000,00

Juros s/ capital próprio	2013	ON	22/03/2013	0,010290993	3.400.000,00
Juros s/ capital próprio	2013	ON	21/06/2013	0,048428202	16.000.000,00
Juros s/ capital próprio	2013	ON	23/09/2013	0,016647194	5.500.000,00
Juros s/ capital próprio	2013	ON	12/12/2013	0,042374677	14.000.000,00
Total					38.900.000,00

Juros s/ capital próprio	2014	ON	21/03/2014	0,023396875	7.730.000,00
Juros s/ capital próprio	2014	ON	23/06/2014	0,064772720	21.328.749,88
Juros s/ capital próprio	2014	ON	22/09/2014	0,066811222	22.000.000,00
Juros s/ capital próprio	2014	ON	11/12/2014	0,071366532	23.500.000,00
Juros s/ capital próprio	2014	ON	26/02/2015	0,087947338	28.959.827,14
Total					103.518.577,02

8. Destinação de resultado para reserva legal:

a. montante destinado à reserva legal:..... R\$ 11.069.321,58

b. A reserva legal foi calculada em valor equivalente a 5% do lucro líquido.

9. A companhia não possui ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos.

10. Em relação ao dividendo obrigatório:

a. no estatuto, está assim previsto o pagamento de dividendo obrigatório: “Artigo 21, item b: a parcela necessária ao pagamento de um dividendo obrigatório não pode ser inferior, em cada exercício, a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo artigo 202 da Lei de S.A.

b. o dividendo obrigatório estará sendo pago totalmente, conforme demonstrativo a seguir:

	<u>2014</u>
Lucro líquido do exercício	221.386.431,52
Reserva Legal	(11.069.321,58)
Realização da reserva de reavaliação no exercício	<u>186.010,94</u>
Base de cálculo do dividendo (a)	<u>210.503.120,88</u>
Dividendo mínimo obrigatório, conforme previsão estatutária (25%)	<u>52.625.780,22</u>
Juros sobre o capital próprio proposto	74.558.749,88
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre o capital próprio (efetivo)	(10.561.424,35)
Juros sobre o capital próprio adicional	28.959.827,14
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre o capital próprio (teórico)	<u>(4.343.974,07)</u>
Remuneração líquida de imposto de renda retido na fonte (b)	<u>88.613.178,60</u>
% distribuído sobre a base de cálculo do dividendo (b ÷ a)	<u>42,10%</u>
Valor excedente ao dividendo mínimo obrigatório	35.987.398,38
Imposto de renda retido na fonte (teórico)	<u>4.343.974,07</u>
	<u>40.331.372,45</u>

Observação: de acordo com a proposta da Administração, os JSCP serão imputados ao Dividendo Obrigatório.

c. Não houve retenção de dividendo obrigatório.

11. Não houve retenção de dividendo obrigatório.

12. Não houve destinação de resultado para reserva de contingências.

13. Não houve destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

14. Destinação de resultado para reserva estatutária:

a. No estatuto, está assim prevista a constituição da reserva estatutária: “Artigo 21, item c: equivalente a até 65% (sessenta e cinco por cento), até o limite de 50% (cinquenta por cento) do capital social para a formação da conta “Reserva Estatutária de Lucros”, que tem por finalidade e objetivo reforçar o capital de giro da Companhia e cujo saldo, somado aos saldos das demais Reservas de Lucros, excetuados a Reserva para Contingência e a Reserva de Lucros a Realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Uma vez atingido esse limite máximo, a Assembleia Geral deliberará, nos termos do Artigo 199 da Lei das S.A., sobre o excesso, devendo aplicá-lo na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendo.”

b. montante destinado à reserva estatutária..... R\$ 107.180.856,36

c. A reserva estatutária foi calculada em valor equivalente a 48,41% do lucro líquido do exercício, portanto dentro do limite estatutário e seu valor total após a constituição não ultrapassou o capital social.

15. Não houve retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

16. Não houve destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais.

ANEXO III

(Conforme Artigo 10 da Instrução CVM nº 481)

Informações dos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência (Anexo A da Instrução 552)

Item 12.4 do Formulário de Referência - Se existir, descrever a cláusula compromissória inserida no estatuto para a resolução dos conflitos entre acionistas e entre estes e o emissor por meio de arbitragem

CAPÍTULO VIII - DO JUÍZO ARBITRAL

ARTIGO 36 – A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das S.A., neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem, Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

PARÁGRAFO ÚNICO - Sem prejuízo da validade da cláusula arbitral, o requerimento de medidas de urgência pelas Partes, antes de constituído o Tribunal Arbitral, deverá ser remetido ao Poder Judiciário, na forma do item 5.1.3 do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

Item 12.5 do Formulário de Referência. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, indicar, em forma de tabela: (a) nome; (b) data de nascimento (c) profissão; (d) CPF/MF ou número do passaporte; (e) cargo eletivo ocupado; (f) data de eleição; (g) data da posse; (h) prazo do mandato; (i) outros cargos ou funções exercidos na Companhia; (j) indicação se foi eleito pelo controlador ou não; (k) se é membro independente e, em caso positivo, qual o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência; (l) número de mandatos consecutivos.

A Proposta da Companhia é eleger 9 (nove) membros efetivos e 9 (nove) membros suplentes.

Nome	Idade Data de nascimento	Profissão	CPF	Cargo Ocupado	Data de Eleição	Data de Posse	Prazo do Mandato	Outros Cargos Exercidos	Eleito pelo Controlador	Mandatos Consecutivos
Antonio Carlos Pipponzi	62 18.08.1952	engenheiro	454.326.788- 53	Conselho de Administração (membro efetivo - Presidente)	Previsão 09.04.2015	Previsão 09.04.2015	Até a AGO de 2017	Membro dos Comitês de Expansão, Estratégico, Pessoas e	Sim	2

Nome	Idade Data de nascimento	Profissão	CPF	Cargo Ocupado	Data de Eleição	Data de Posse	Prazo do Mandato	Outros Cargos Exercidos	Eleito pelo Controlador	Mandatos Consecutivos
								Finanças		
Eugenio De Zagottis	44 21.11.1970	administrador de empresas	186.783.418-90	Conselho de Administração (membro suplente)	09.04.2015	09.04.2015	Até a AGO de 2017	Diretor de Expansão e Relação de Investidores	Sim	2
Carlos Pires Oliveira Dias	63 24.05.1951	economista	578.464.058-53	Conselho de Administração (membro efetivo)	09.04.2015	09.04.2015	Até a AGO de 2017	Não exerce outros cargos	Sim	Mais de 5
José Sampaio Correa Sobrinho	64 10.09.1950	economista	495.082.618-20	Conselho de Administração (membro suplente)	09.04.2015	09.04.2015	Até a AGO de 2017	Não exerce outros cargos	Sim	Mais de 5
Cristiana Almeida Pipponzi	40 22.12.1974	administradora de empresas	285.220.788-58	Conselho de Administração (membro efetivo)	09.04.2015	09.04.2015	Até a AGO de 2017	Membro do Comitê de Pessoas	Sim	n/a
Rosalia Pipponzi Raia De Almeida Prado	64 09.09.1950	advogada	154.088.518-69	Conselho de Administração (membro suplente)	09.04.2015	09.04.2015	Até a AGO de 2017	Não exerce outros cargos	Sim	2
Plínio V. Musetti	61 27.01.1954	engenheiro civil	954.833.578-68	Conselho de Administração (membro efetivo)	09.04.2015	09.04.2015	Até a AGO de 2017	Membro do Comitê de Pessoas	Sim	2
André Rizzi de Oliveira	42 09.08.1972	engenheiro civil	135.529.508-42	Conselho de Administração (membro suplente)	09.04.2015	09.04.2015	Até a AGO de 2017	Membro do Comitê Estratégico	Sim	n/a
Paulo Sérgio Coutinho Galvão Filho	54 17.07.1960	administrador	040.443.368-57	Conselho de Administração (membro efetivo)	09.04.2015	09.04.2015	Até a AGO de 2017	Membro do Comitê Estratégico	Sim	Mais de 5
Cristina	43	administradora	153.083.548-	Conselho de	09.04.2015	09.04.2015	Até a	Não exerce	Sim	

Nome	Idade Data de nascimento	Profissão	CPF	Cargo Ocupado	Data de Eleição	Data de Posse	Prazo do Mandato	Outros Cargos Exercidos	Eleito pelo Controlador	Mandatos Consecutivos
Ribeiro Sobral Sarian	25.11.1974	de empresas	80	Administração (membro suplente)			AGO de 2017	outros cargos		n/a
Renato Pires Oliveira Dias	36 08.03.1978	comerciário	269.999.988-17	Conselho de Administração (membro efetivo)	09.04.2015	09.04.2015	Até a AGO de 2017	Membro do Comitê de Expansão	Sim	Mais de 5
Maria Regina Camargo Pires Ribeiro do Valle	36 08.03.1978	bacharel em comunicação social	269.997.118-95	Conselho de Administração (membro suplente)	09.04.2015	09.04.2015	Até a AGO de 2017	Não exerce outros cargos	Sim	n/a
Jairo Eduardo Loureiro	72 31.12.1940	administrador de empresas	006.161.338-04	Conselho de Administração (membro independente – efetivo) *	09.04.2015	09.04.2015	Até a AGO de 2017	Membro do Comitê de Finanças	Sim	Mais de 5
João Martinez Fortes Junior	52 07.04.1962	contador	060.190.948-80	Conselho de Administração (membro independente – suplente) *	09.04.2015	09.04.2015	Até a AGO de 2017	Não exerce outros cargos	Sim	n/a
Hector Nunez	52 30.10.1962	administrador de empresas	249.498.638-94	Conselho de Administração (membro independente – efetivo) *	09.04.2015	09.04.2015	Até a AGO de 2017	Não exerce outros cargos	Sim	n/a
Antonio Sérgio Braga	62 09.02.1953	engenheiro civil	896.538.078-20	Conselho de Administração (membro independente – suplente) *	09.04.2015	09.04.2015	Até a AGO de 2017	Não exerce outros cargos	Sim	n/a
José Paschoal Rossetti	73 18.09.1941	professor	016.391.880-53	Conselho de Administração (membro efetivo)	09.04.2015	09.04.2015	Até a AGO de 2017	Não exerce outros cargos	Sim	2

Nome	Idade Data de nascimento	Profissão	CPF	Cargo Ocupado	Data de Eleição	Data de Posse	Prazo do Mandato	Outros Cargos Exercidos	Eleito pelo Controlador	Mandatos Consecutivos
Helio Ferraz de Araujo Filho	51 14.10.1963	engenheiro elétrico	052.939.138-40	Conselho de Administração (membro suplente)	09.04.2015	09.04.2015	Até a AGO de 2017	Não exerce outros cargos	Sim	n/a

*critério utilizado pelo emissor para determinar a independência: (i) não ter qualquer vínculo com a Companhia, exceto participação de capital; (ii) não ser Acionista Controlador, cônjuge ou parente até segundo grau daquele, ou não ser ou não ter sido, nos últimos 3 (três) anos, vinculado a sociedade ou entidade relacionada ao Acionista Controlador (pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa estão excluídas desta restrição); (iii) não ter sido, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia, do Acionista Controlador ou de sociedade controlada pela Companhia; (iv) não ser fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (v) não ser funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (vi) não ser cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Companhia; e (vii) não receber outra remuneração da Companhia além daquela relativa ao cargo de conselheiro (proventos em dinheiro oriundos de participação no capital estão excluídos desta restrição)

Item 12.6 do Formulário de Referência - Percentual de participação nas reuniões realizadas pelo Conselho de Administração (29.04.2013 a 26.02.2015) – Membros Titulares

Nome	Número de reuniões	% participação
Antonio Carlos Pipponzi	35	100%
Carlos Pires Oliveira Dias	35	97,14
Cristiana Almeida Pipponzi	35	97,14
Plínio V. Musetti	35	100%

Nome	Número de reuniões	% participação
Paulo Sérgio Coutinho Galvão Filho	35	97,14
Renato Pires Oliveira Dias	35	100%
Jairo Eduardo Loureiro	35	100%
Hector Nunez	35	68,57
José Paschoal Rossetti	35	80%

Item 12.5 do Formulário de Referência

Conselho Fiscal – eleito em 2014

Nome	Idade Data de nascimento	Profissão	CPF	Cargo Ocupado	Data de Eleição	Data de Posse	Prazo do Mandato	Outros Cargos Exercidos	Eleito pelo Controlador	Mandatos Consecutivos
Gilberto Lério	26.08.1950	contador	269.714.378-53	Membro titular	23.04.2014	23.04.2014	Até a AGO 2015	Não exerce outros cargos	Sim	Mais de 5
Fernando Carvalho Braga	05.06.1952	empresário	538.987.458-72	Membro titular	23.04.2014	23.04.2014	Até a AGO 2015	Não exerce outros cargos	Sim	Mais de 5
Mário Antonio Luiz Corrêa	29.12.1944	contador e administrador de empresas	063.857.108-15	Membro titular	23.04.2014	23.04.2014	Até a AGO 2015	Não exerce outros cargos	Sim	Mais de 5
Flavio Stamm	05.12.1962	administrador de empresas	048.241.708-00	Membro suplente	23.04.2014	23.04.2014	Até a AGO 2015	Não exerce outros cargos	Sim	2
Nilda Bernadete Manzatto Bertolino	18.04.1957	contadora	939.014.458-20	Membro suplente	23.04.2014	23.04.2014	Até a AGO 2015	Não exerce outros cargos	Sim	Mais de 5

Nome	Idade Data de nascimento	Profissão	CPF	Cargo Ocupado	Data de Eleição	Data de Posse	Prazo do Mandato	Outros Cargos Exercidos	Eleito pelo Controlador	Mandatos Consecutivos
Paulo Sérgio Buzaid Tohmé	28.12.1967	advogado	143.925.478-84	Membro suplente	23.04.2014	23.04.2014	Até a AGO 2015	Não exerce outros cargos	Sim	4

12.6 do Formulário de Referência - Percentual de participação nas reuniões realizadas pelo Conselho Fiscal – Período 6.5.2014 a 26.02.2015)

Nome	Número de reuniões	% participação
Gilberto Lerio	11	100%
Fernando Carvalho Braga	11	100%
Mário Antonio Luiz Corrêa	11	100%

12.5 do Formulário de Referência - Diretoria

Nome	Idade Data de nascimento	Profissão	CPF	Cargo Ocupado	Data de Eleição	Data de Posse	Prazo do Mandato	Outros Cargos Exercidos	Eleito pelo Controlador	Mandatos Consecutivos
Eugênio De Zagottis	21.11.1970	administrador de empresas	186.783.418-90	Diretor de Expansão e DRI	29.04.2013	29.04.2013	Abril 2015	Membro Suplente do Conselho de Administração	n/a	2
Marcílio D'Amico Pousada	02.08.1963	Administrador de empresas	066.548.318-02	Diretor Presidente	01.07.2013	01.07.2013	Abril 2015	Membro do Comitê de Finanças, membro do Comitê de	n/a	n/a

Nome	Idade Data de nascimento	Profissão	CPF	Cargo Ocupado	Data de Eleição	Data de Posse	Prazo do Mandato	Outros Cargos Exercidos	Eleito pelo Controlador	Mandatos Consecutivos
								Expansão, membro do Comitê Estratégico e membro do Comitê de Pessoas		
Antonio Carlos Coelho	14.06.1963	contador	030.285.708- 74	Diretor Financeiro	30.09.2013	30.09.2013	Abril 2015	não	n/a	n/a
Marcello De Zagottis	01.11.1975	Administrador de empresas	270.229.108- 20	Diretor Comercial de Vendas e Marketing	29.04.2013	29.04.2013	Abril 2015	não	n/a	2
Antonio Carlos de Freitas	20.12.1949	Advogado	190.272.818- 15	Diretor de Operações de Varejo	29.04.2013	29.04.2013	Abril 2015	não	n/a	Mais de 5
Renato Cepollina Raduan	31.05.1975	engenheiro	213.837.378- 94	Diretor de Operações de Varejo	29.04.2013	29.04.2013	Abril 2015	n/a	n/a	n/a
Fernando Kozel Varela	29.05.1970	engenheiro	171.185.568- 58	Diretor de Logística e Tecnologia da Informação	29.04.2013	29.04.2013	Abril 2015	n/a	n/a	2
Maria Susana de Souza	24.08.1964	psicóloga	399.000.104- 34	Diretora de Recursos Humanos	28.04.2014	28.04.2014	Abril 2015	n/a	n/a	n/a

Item 12.7. do Formulário de Referência: Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

Nome	Idade Data de nascimento	Profissão	CPF	Cargo Ocupado	Data de Eleição e Posse	Prazo do Mandato	Data Prevista para Eleição	Outros Cargos Exercidos	Número de Mandatos Consecutivos
Antonio Carlos Pipponzi	62 18.08.1952	Engenheiro	454.326.788- 53	Presidente do Comitê de Finanças, Presidente do Comitê Estratégico, Presidente do Comitê de Pessoas e Presidente do Comitê de Expansão.	24.04.2014	Abril de 2015	09.04.2015	Conselho de Administração (membro efetivo - Presidente).	

Nome	Idade Data de nascimento	Profissão	CPF	Cargo Ocupado	Data de Eleição e Posse	Prazo do Mandato	Data Prevista para Eleição	Outros Cargos Exercidos	Número de Mandatos Consecutivos
Marcílio D'Amico Pousada	51 02.08.1963	Administrador de Empresas	066.548.318- 02	Membro do Comitê de Finanças, membro do Comitê de Expansão, membro do Comitê Estratégico e membro do Comitê de Pessoas.	24.04.2014	Abril de 2015	09.04.2015	Diretor Presidente.	n/a
Jairo Eduardo Loureiro	74 31.12.1940	Administrador de Empresas	006.161.338- 04	Membro do Comitê de Finanças.	24.04.2014	Abril de 2015	09.04.2015	Conselho de Administração (membro independente - efetivo).	
Plínio V. Musetti	61 27.01.1954	Engenheiro	954.833.578- 68	Membro do Comitê de Pessoas.	24.04.2014	Abril de 2015	09.04.2015	Conselho de Administração (membro efetivo).	
André Rizzi de Oliveira	42 09.08.1972	Engenheiro Civil	135.529.508- 42	Membro do Comitê Estratégico.	24.04.2014	Abril de 2015	09.04.2015	Conselho de Administração (membro suplente).	

Nome	Idade Data de nascimento	Profissão	CPF	Cargo Ocupado	Data de Eleição e Posse	Prazo do Mandato	Data Prevista para Eleição	Outros Cargos Exercidos	Número de Mandatos Consecutivos
Paulo Sérgio Coutinho Galvão Filho	54 17.07.1960	Administrador de Empresas	040.443.368-57	Membro do Comitê Estratégico.	24.04.2014	Abril de 2015	09.04.2015	Conselho de Administração (membro efetivo).	
Renato Pires Oliveira Dias	36 08.03.1978	Comerciário	269.999.988-17	Membro do Comitê de Expansão.	24.04.2014	Abril de 2015	09.04.2015	Conselho de Administração (membro efetivo).	
Cristiana Almeida Pipponzi	40 22.12.1974	Administradora de Empresas	285.220.788-58	Membro do Comitê de Pessoas.	24.04.2014	Abril de 2015	09.04.2015	Conselho de Administração (membro efetivo)..	n/a

12.8 do Formulário de Referência - As reuniões dos Comitês de Apoio à Gestão, não estatutários, são informais.

Item 12.5 (m) do Formulário de Referência. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal fornecer:

a. Currículo contendo as seguintes informações:

- (i) principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando nome da empresa, cargo e funções inerentes ao cargo, atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram o grupo econômico do emissor, ou de sócios com participação direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie; e**
- (ii) indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor**

Conselho de Administração

Sr. Antonio Carlos Pipponzi. Formado em Engenharia Civil pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (POLI-USP) e pós-graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (EAESP FGV-SP). De 1977 a 2011, trabalhou na Raia S.A. nos seguintes cargos: Diretor Administrativo e Financeiro de 1982 a 1993, Diretor Superintendente de 1994 a 2003 e foi Diretor Presidente, de 2003 a 2011. Atualmente, é membro efetivo e Presidente do Conselho de Administração da Raia Drogasil S.A.

Sr. Eugenio de Zagottis. Formado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (EAESP FGV-SP). Possui MBA pela University of Michigan Business School. De 1998 a 2000 trabalhou na McKinsey & Company e de 1992 a 1996 trabalhou na Arthur Andersen como consultor. Ingressou na Raia S.A. em 2000, tendo sido responsável pela Diretoria de Projetos Comerciais e pela Diretoria Comercial. Em 2002 tornou-se Diretor Comercial e de 2010 a 2011, também foi Diretor de Relações com Investidores. Atualmente, é membro suplente do Conselho de Administração da Raia Drogasil S.A.

Sr. Carlos Pires Oliveira Dias. Nos últimos cinco anos atuou como: (1) Diretor da 36 Air Farm LLC, sociedade que exerce as atividades de investimentos e participações; (2) Conselheiro da Alcoa Alumínio S/A, cuja atividade principal é a indústria de mineração e transformação; (3) Diretor da Allpar SE, sociedade holding europeia; (4) Vice-Presidente do Conselho de Administração da Arrossensal Agropecuária e Industrial S/A, sociedade que atua no ramo de atividades agropecuárias; (5) Vice-Presidente do Conselho de

Administração da Camargo Correa Cimentos S/A, companhia de capital aberto atuante na indústria cimenteira; (6) Conselheiro da Camargo Correa Desenvolvimento Imobiliário S/A, companhia de capital aberto que exerce, entre outras atividades, incorporações, construção civil e compra e venda de imóveis; (7) Vice-Presidente do Conselho de Administração da Camargo Correa Construções e Participações S/A, empresa que administra participações em outras sociedades; (8) Vice-Presidente do Conselho de Administração da Camargo Correa Energia S/A, sociedade que exerce pesquisas e estudos relacionados a empreendimentos destinados a produção de energia; (9) Diretor da Camargo Correa Overseas Ltd, cuja atividade principal é realizar investimentos e a administração de bens; (10) Diretor da Camargo Correa Portugal SGPS S/A, sociedade holding; (11) Vice-Presidente do Conselho de Administração da Camargo Correa S/A, holding operacional do Grupo Camargo Correa; (12) Vice-Presidente do Conselho de Administração da Camargo Correa Investimentos em Infra-Estrutura S/A, sociedade que exerce, principalmente, as atividades de planejamento e obras de construção civil pesada, atuando, também, como concessionária de serviços públicos; (13) Vice-Presidente do Conselho de Administração da Cavo Serviços e Meio Ambiente S/A, sociedade que presta serviços relacionados ao meio-ambiente; (14) Vice-Presidente do Conselho de Administração da Cavo Serviços e Saneamento S/A, sociedade que presta serviços de engenharia, limpeza e transporte; (15) Vice-Presidente do Conselho de Administração da CNEC Engenharia S/A, empresa que realiza consultoria em engenharia; (16) Vice-Presidente do Conselho de Administração da Construções e Comércio Camargo Correa S/A, sociedade com atuação na atividade de construção civil pesada; (17) Diretor Presidente da Fazenda Guariroba S/A, sociedade atuante no ramo de atividades agropecuárias; (18) Diretor da Fazenda Morro Vermelho Ltda, sociedade cuja atividades estão relacionadas ao ramo agropecuário; (19) Diretor da Guvia Serviços de Consultoria Ltda, que exerce consultoria econômico-financeira; (20) Diretor da Heliomar S/A, sociedade que realiza a administração de bens próprios; (21) Diretor da International Engineering Holding S.E., empresa que presta o serviço de consultoria em engenharia; (22) Diretor da Loma Negra Companhia Industrial Argentina S/A, empresa atuante no ramo da indústria cimenteira; (23) Diretor da Kandaré Serviços de Consultoria Ltda, cuja atividade principal é a consultoria econômico-financeira; (24) Suplente de Diretor da Participações Morro Vermelho S/A, sociedade holding; (25) Diretor Presidente da Regimar Agropecuária Ltda., empresa que exerce atividades relacionadas ao ramo agropecuário; (26) Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração da Regimar Comercial S/A, sociedade que exerce a administração de bens próprios e a participação em outras sociedades; (27) Conselheiro da São Paulo Alpargatas S/A, companhia de capital aberto com atividades na indústria têxtil e de vestuário; (28) Diretor da YRG Investments Ltd, sociedade que realiza investimentos e detém participação em outras sociedades; (29) Vice Presidente do Conselho de Administração da VBC Energia S/A, sociedade de capital aberto com participação em empresas principalmente do setor energético e de saneamento; e (30) Atualmente, é membro efetivo do Conselho de Administração da Raia Drogasil S.A.

Sr. Jose Sampaio Correa Sobrinho. Nos últimos cinco anos atuou como: (1) Diretor da Fazenda Guariroba S/A, sociedade atuante no ramo agropecuário; (2) Diretor da Regimar Agropecuária Ltda., sociedade cuja atividade principal está relacionada à agropecuária; (3) Diretor da Regimar Comercial S/A, que exerce a administração de bens próprios e a participação em outras sociedades, Empresa participa com mais de 5% do Capital da Drogasil; (4) Diretor da YRG Investments Ltd, sociedade com investimentos e participação em outras sociedades; e (5) é membro suplente do Conselho de Administração da Raia Drogasil S.A.

Sra. Cristiana Almeida Pipponzi. Formada em Administração de Empresas pela Faculdade de Administração, Economia e Ciências Contábeis da Universidade de São Paulo (FEA-USP). Trabalhou como Consultora pela Ernst & Young entre 1997 e 1999. Em 2000, participou de constituição de website de uma empresa de venda de assinatura de revistas e jornais nacionais e internacionais. Kursou MBA em INSEAD, na França. Em 2005, retornou à Raia como Diretora Não-Estatutária de Marketing, cargo em que atuou até 2009. Atualmente, é membro efetivo do Conselho de Administração.

Sra. Rosalia P. Raia Almeida Prado. Formada em Direito pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco da Universidade de São Paulo (USP). Em 1991, participou da criação da Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias - Abrafarma – entidade que representa em âmbito nacional o segmento varejista farmacêutico, sendo que de 1991 a 1994 foi Vice-Presidente e de 1994 a 1997 Presidente da referida entidade. Ingressou na Raia S.A. em 1982, tendo exercido as funções de Diretora de Recursos Humanos e Diretora Jurídica, cargo em que permaneceu até março de 2003. Atualmente, é membro suplente do Conselho de Administração da Raia Drogasil S.A.

Sr. Plínio V. Musetti. Formado em Engenharia Civil e Administração de Empresas pela Universidade Mackenzie. Participou em 1989 do Programa de Desenvolvimento Gerencial na universidade norte-americana Harvard Business School. É sócio da Pragma Patrimônio, responsável por investimentos em participações. Antes de se tornar sócio da Pragma Patrimônio teve uma sólida carreira em empresas nacionais e multinacionais como Grupo Villares, Elevadores Atlas Schindler, JP Morgan Partners e Satipel Industrial. Atuou em diversos Conselhos de Administração e Conselhos Consultivos de empresas privadas e públicas. Como Diretor Presidente da Elevadores Atlas, conduziu o processo de reestruturação operacional, com a entrada de um investidor de private equity, e a venda desta empresa, assim como participou do processo de integração após a aquisição da Elevadores Atlas. Como sócio do JP Morgan Partners, foi responsável por investimentos de private equity na América Latina e gestão ativa da carteira de empresas em diversos setores. Nos últimos anos, participou do IPO da Satipel e, como CEO desta sociedade, coordenou o processo de fusão com a Duratex S.A. Atualmente, é membro efetivo do Conselho de Administração da Raia Drogasil S.A.

Sr. André Rizzi de Oliveira. Formado em Engenharia Civil pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (POLI-USP). Possui MBA em ênfase em Finanças, Contabilidade e Estratégia pela Kellogg Graduate School of Management. Foi sócio fundador e líder da unidade de gestão de turnaround na Angra Partners de 2003 a 2011. Também foi vice-presidente de suprimentos e gestão de supply chain na Brasil Telecom de 2005 a 2009. De 2010 a 2011 foi vice-presidente para a América Latina na Getonics, multinacional holandesa no setor de Infraestrutura de TI. Desde abril de 2012, é sócio e investment officer na Pragma Gestão de Patrimônio. Atualmente, é membro suplente do Conselho de Administração da Raia Drogasil S.A.

Sr. Paulo Sérgio Coutinho Galvão Filho. Nos últimos cinco anos atuou como: (1) Vice-Presidente e Sócio Fundador da GL Holdings S/A, sociedade holding sócia da Klabin Irmãos & Cia., que por sua vez é a controladora da sociedade Klabin S/A; (2) membro efetivo do Conselho de Administração da Klabin S/A; (3) membro do Conselho de Administração da Fundação Bienal de São Paulo; e (4) é membro efetivo do Conselho de Administração da Raia Drogasil S.A.

Sra. Cristina Ribeiro Sobral Sarian. Formada em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e pós-graduada em Administração de Empresas (Especialização em Finanças) pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec), trabalhou como consultora na empresa Accenture, de 1993 a 1996. De 1996 a 1999, exerceu o cargo de Vice Presidente de Análise de Ações, na Bear Stearns. Atuou na Fundação CESP, de 1999 a 2002, como Analista de Investimentos. Ocupou o cargo de consultora na Paulo Renato Souza Consultores, de 2003 a 2006. Posteriormente, associou-se à Quadrante Investimentos, onde atuou em estratégia de investimentos. No período de 2007 a 2010, foi associada da Neo Investimentos, onde exerceu a função de Análise de Ações. Desde 2011, é associada da GL Asset, onde atua na gestão e análise de ações.

Sr. Renato Pires Oliveira Dias. Nos últimos cinco anos atuou como membro do Conselho de Administração e assessor da Diretoria da Raia Drogasil S.A.

Sra. Maria Regina Camargo Pires Ribeiro do Valle. Bacharel em Comunicação Social pela Fundação Armando Alvares Penteado. Desde 2003 atua como sócia da Tulipa Comunicação Ltda. É Conseheira da (1) Regimar Comercial S.A., sociedade que participa com mais de 5% do Capital da Raia Drogasil S.A.; (2) ZAPAIR Administração de Aeronaves Ltda.; e (3) Fazenda Guariroba S.A.

Sr. Jairo Eduardo Loureiro. Nos últimos cinco anos como: (1) Diretor Presidente da Planibanc Investimentos, Planibanc Participações e Planihold; (2) membro efetivo do Conselho de Administração da Hipermercados S.A. desde fevereiro de 2008; e (3) é membro independente e efetivo do Conselho de Administração da Raia Drogasil S.A.

Sr. João Martinez Fortes Junior. Formado em Ciências Contábeis pela USJT em 1984, com pós graduação em Gestão Financeira pela FGV, em 2004. Nos últimos cinco anos atuou como Diretor Estatutário da MASTERSAF S.A. SOFTWARE DE SOLUÇÃO FISCAL (2002 a 2011), e como acionista da – TAXWEB S.A – COMPLIANCE SERVICES, (2011). Atualmente, é membro independente e suplente do Conselho de Administração da Raia Drogasil S.A.

Sr. Hector Nunez. Formado em Administração de Empresas pela Florida International University. Concluiu, em 1986, o Master of Business Administration (MBA) na Florida International University. Participou do Programa de Desenvolvimento de Executivo 2002-2003 da Wharton School of Business/Emory University/Goizueta School of Business, da University of Pennsylvania, e do Global 2020 Programa de Desenvolvimento de Executivo 2008 – 2009, da Tuck School of Business, da Dartmouth University. Atuou como: (1) Gerente Geral, na The Hertz Corporation, de 1982 a 1989. (2) Presidente e Gerente Geral, na Centriz of North America, Inc., de 1989 a 1992. (3) Diretor de Desenvolvimento de Negócios do Grupo, na Westhem Industrial Ltda., de 1993 a 1994. (4) Presidente e C.E.O., na Car Rental Systems do Brasil S.A./Hertz Brasil, de 1994 a 1996. (5) Vice Presidente e C.O.O., na Sucos del Valle do Brasil Ltda., de 1996 a 1999. (6) C.E.O., na Cia. Maranhense de Refrigerantes S.A. /COCA-COLA, de 1999 a 2001, Diretor de Desenvolvimento de Novos Negócios, Divisão Brasil, de 2001 a 2003, e Vice Presidente de Operações – América Latina e América Central, de 2003 a 2006, na The Coca Cola System. (7) Vice Presidente Executivo e C.E.O., de 2006 a 2008, e Presidente e C.E.O. da Wal-Mart Brasil Ltda. (8) Desde 2010, é Presidente e C.E.O. da Ri Happy Brinquedos.

Sr. Antonio Sérgio Braga. Formado em Engenharia Civil pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (POLI-USP). Participou de vários cursos de especialização e aprofundamento em Engenharia de Solo, Fundações e Geotecnia, congressos e seminários. Possui curso de Especialização para Graduados – CEAG, pela Fundação Getúlio Vargas, turma de 1999. (1) Atuou como Engenheiro na Consultrix Consultoria de Solos e Fundações, de março de 1976 a setembro de 1985. (2) Foi sócio da Engesonda Engenharia de Solos e Fundações, de outubro de 1985 a março de 1999. (3) Foi sócio proprietário da A S Braga Engenharia e Comércio Ltda., empresa aberta em outubro de 2002 e encerrada em janeiro de 2011. (4) Foi sócio da Apoio Assessoria e Projeto de Fundações, de julho de 2007 até a presente data. (5) Participou de vários projetos e obras de engenharia de fundações em todo o Brasil ao longo de toda a carreira.

Sr. José Paschoal Rossetti. Professor, pesquisador e consultor da Fundação Dom Cabral nas áreas de Macroambiente, Impactos de Macromudanças nos Negócios e Formulação Estratégica. Desde a segunda metade dos anos 70, atuou como consultor e condutor de processos de planejamento estratégico em cerca de 50 empresas do país. Nos últimos anos, tem conduzido trabalhos de estruturação de sistemas de

governança corporativa em grandes empresas. Sócio-Diretor da Rossetti Consultores Associados, empresa dedicada à formulação de estratégias de negócios e à estruturação de ambientes de governança corporativa. Conselheiro de grandes grupos empresariais. Atualmente, é membro dos Conselhos de Administração dos Grupos Fleury Medicina e Saúde, Boticário, Tangará Foods, Orteng e Santa Cruz e também é consultor do Comitê de Governança da Copersucar. Ex-professor titular dos Departamentos de Economia das seguintes escolas de Ensino Superior: Instituto Presbiteriano Mackenzie (Mackenzie), Pontifícia Universidade Católica - São Paulo (PUC-SP), Pontifícia Universidade Católica - Campinas (PUC-Campinas) e Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (EAESP FGV-SP). Autor de diversos livros, tendo mais de 200 artigos em publicações especializadas. Atualmente, é membro efetivo independente do Conselho de Administração da Raia Drogasil S.A.

Sr. Helio Ferraz de Araujo Filho. Formado em Engenharia Elétrica pela Faculdade de Engenharia São Paulo (FESP), 1991. Concluiu em 2004, o MBA (*lato sensu*) em Gestão de Negócios Empresarial da Universidade Anhembi-Morumbi. Cursa o Mestrado (*stricto sensu*) em Administração da Universidade Presbiteriana Mackenzie, com previsão para conclusão em 2016. Possui mais de 30 anos de experiência como executivo, empresário e membro de conselho em empresas nacionais e multinacionais, principalmente dos vários segmentos de prestação de serviços. Atuou como: (1) Técnico de Desenvolvimento de Sistema (1981 – 1984) e Coordenador de Projetos (1984 – 1989) na ESCA Engenharia e Sistemas S/A; (2) Gerente do Departamento de R&D (1989 – 1995) e Gerente de Marketing e Vendas (1996 – 1997) na ENSEC Engenharia e Sistemas de Segurança S/A; (3) Diretor de Marketing e Vendas (1997 – 2001) na ANSETT Tecnologia e Sistemas Ltda.; (4) CEO, Sócio Fundador e Membro do Conselho (2001 – 2010) na PLANTECH Engenharia e Sistemas S/A; (5) CEO e Membro do *Board* Executivo (2010 – 2013) na G4S Technology Brazil; (6) desde janeiro de 2014, é CEO na ONIX Consulting. É membro do Conselho de Administração da G4S Technology Brazil (empresa de tecnologia pertencente a um grupo multinacional britânico), E3 Brasil (empresa de tecnologia fornecedora de projetos na área de eficiência energética) e BR-G&FIN Participações e Administração (*holding* de um grupo de empresas nos segmentos de indústria, distribuição e varejo de doces, além de uma empresa de fomento mercantil (factoring)).

Conselho Fiscal

Sr. Gilberto Lerio – Membro do Conselho Fiscal – efetivo - Nos últimos cinco anos, atuou como: (1) Membro do Conselho de Administração da Galvão Engenharia S/A, que atua na prestação de serviços de engenharia e construção industrial; (2) Membro do Conselheiro Fiscal. Suplente da Telefônica, empresa que atua no ramo de telecomunicações; (3) Membro do Conselheiro Fiscal da Brascod Comercio Importação e Exportação Ltda; (4) Membro do Conselho de Administração da Protende Sistemas e Métodos de Construções Ltda; (5) Membro do Conselho de Administração da Plastifluor

Industria Comercio de Vedações Ltda. (6) Membro do Conselho Fiscal da Raia Drogasil S.A., Companhia aberta cuja atividade principal é o comércio varejista de produtos farmacêuticos, perfumaria e afins.

Sr. Fernando Carvalho Braga - Membro do Conselho Fiscal - Nos últimos cinco anos, atuou como: (1) Membro do Conselho de Administração da Companhia Energética de São Paulo – CESP; (2) Membro do Conselho Consultivo da Fundação Faculdade de Medicina; e (3) Sócio Gerente da BNA Consultoria Empresarial Ltda. (4) Membro do Conselho Fiscal da Raia Drogasil S.A., Companhia aberta cuja atividade principal é o comércio varejista de produtos farmacêuticos, perfumaria e afins.

Sr. Mário Antonio Luiz Corrêa - Membro do Conselho Fiscal - Nos últimos cinco anos, atuou como: (1) Diretor responsável pela área financeira e contábil da GL Holdings S/A., cuja atividade principal é a administração de bens próprios e a participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista; (2) Diretor responsável pela área financeira e contábil da GL Agropecuária Ltda., cuja atividade principal é a produção agropecuária em terras próprias ou alheias, e a comercialização dos seus produtos, podendo participar em outras sociedades como quotista ou acionista; (3) Diretor responsável pela área financeira e contábil da Gepel Rural S/A., cuja atividade principal é a exploração agropecuária e florestal; (4) Diretor responsável pela área financeira e contábil da Tantra Participações Ltda., cuja atividade principal é a administração de bens próprios e a participação em outras sociedades, comerciais ou civis, como sócia, acionista ou quotista. Empresa detém 10,34% do Capital do emissor; e (5) Ex Membro do Conselho Fiscal de empresas do Grupo Klabin S/A. (Celucat S/A, Papelão Ondulado do Nordeste S/A - PONSA e Bacell S/A); (6) Membro do Conselho Fiscal da Raia Drogasil S.A., Companhia aberta cuja atividade principal é o comércio varejista de produtos farmacêuticos, perfumaria e afins.

Diretoria

Sr. Eugênio de Zagottis - Formado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (EAESP FGV-SP). Possui MBA pela University of Michigan Business School. De 1998 a 2000 trabalhou na McKinsey & Company e de 1992 a 1996 trabalhou na Arthur Andersen como consultor. Ingressou na Raia S.A. em 2000, tendo sido responsável pela Diretoria de Projetos Comerciais e pela Diretoria Comercial. Em 2002 tornou-se Diretor Comercial e de 2010 a 2011, também foi Diretor de Relações com Investidores. Atualmente, é membro suplente do Conselho de Administração da Raia Drogasil S.A. e Diretor de Expansão e Diretor de Relações com Investidores.

Sr. Marcilio D'Amico Pousada - Formado em Administração de Empresas pela Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP), Foi presidente da Livraria Saraiva de 2005 a 2013, e de 2000 a 2005 foi presidente fundador da OfficeNet. Anteriormente, foi diretor comercial do Submarino em sua fundação, em 1999, e diretor de não-alimentos

no Sam's Club, do Grupo Wal-Mart, onde trabalhou de 1994 a 1999. Pousada iniciou sua carreira no Mappin e na C&A. Atualmente é Diretor Presidente da Raia Drogasil S.A.

Sr. Marcello De Zagottis -Formado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP) com MBA pela University of Michigan Business School. Iniciou sua carreira em consultoria de empresas na Accenture e na Arthur D. Little, e trabalhou posteriormente na como Gerente de Categoria na Borders Bookstores, uma das maiores redes de livrarias dos Estados Unidos. Ingressou na Raia S.A em 2001, tendo exercido a função de Gerente de fevereiro de 2001 até abril de 2003 e, retornou em agosto de 2006, como Diretor de Vendas. Atualmente é acionista, Diretor de Vendas e Marketing e membro do Conselho de Administração da Raia S.A, como suplente da Sra. Rosalia Pipponzi Raia. Em 10/11/2011 foi nomeado Diretor Comercial e Diretor de Vendas e Marketing da Raia Drogasil S.A, Companhia aberta cuja atividade principal é o comércio varejista de produtos farmacêuticos, perfumaria e afins.

Sr. Antonio Carlos Coelho - Graduado em Ciências Contábeis pelas Faculdades Integradas de Guarulhos (FIG) e MBA em Finanças pela Fundação Instituto de Administração (FIA). Fez carreira na Drogasil, agora RaiaDrogasil. De 1996 a 2010 foi Gerente de Controladoria, de 2010 a 2012 foi Diretor Adjunto de Controladoria e de 2012 a 2013 foi Diretor de Finanças e Controladoria. Foi eleito Diretor Financeiro em 30/9/2013, cargo que ocupa atualmente.

Sr. Antonio Carlos de Freitas - Nos últimos cinco anos, como: Membro Suplente do Conselho de Administração de março/2007 a abril/2008 e Diretor, cargo este alterado em junho de 2007 para Diretor Comercial na Drogasil S.A., permanecendo no cargo até 10/11/2011, a partir desta data foi nomeado Diretor de Operações e Varejo da Raia Drogasil S.A, Companhia aberta cuja atividade principal é o comércio varejista de produtos farmacêuticos, perfumaria e afins.

Sr. Renato Cepollina Raduan - Formado em engenharia naval pela POLI-USP e MBA em Insead, na França. Atuou entre 2010 e 2013 como Vice-Presidente de Marketing, Gestão de Categorias e Pricing. Em 2009 foi líder da Divisão de Varejo e Bens de Consumo (Diretor/Principal) na Roland Berger Strategy Consultants. Foi líder da Divisão de Consultoria de Gestão para Varejo da América Latina (Gerente Sênior) entre 2005 e 2008.

Sr. Fernando Kozel Varela - Nascido em 1970, formado em Engenharia Elétrica pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (POLI-USP) e pós-graduação em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP). cursou MBA pela University of Pittsburgh, na Câmara Americana em São Paulo. Iniciou sua carreira na Arthur Andersen e em 1996 ingressou na Raia S.A como Gerente de Projetos.

Desde 2002 é Diretor de Operações. Em 10/11/2011 foi nomeado Diretor de Logística e Tecnologia da Informação da Raia Drogasil S.A, Companhia aberta cuja atividade principal é o comércio varejista de produtos farmacêuticos perfumaria e afins.

Sra. Maria Susana de Souza - Formada em Psicologia Organizacional e pós-graduação em Administração e Planejamento de Recursos Humanos pela Universidade Católica de Pernambuco. Cursou o Programa de Desenvolvimento Gerencial no IESE Universidade de Navarra em Barcelona. Nos últimos cinco anos foi Diretora de Desenvolvimento Organizacional e Diversidade no Walmart/Bompreço (1997-2010) e Diretora Regional de Recursos Humanos no SHV - Makro South America (2010-2014). Em 2014 foi eleita Diretora de Recursos Humanos da Raia Drogasil S.A, Companhia aberta cuja atividade principal é o comércio varejista de produtos farmacêuticos perfumaria e afins.

(n) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

- (i) qualquer condenação criminal;***
- (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; e***
- (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.***

Os membros do conselho de administração e do Conselho Fiscal e dos Comitês de Apoio à Gestão não Estatutários indicados, declararam, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não estiveram sujeitos a qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Item 12.9 do Formulário de Referência. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor;

O Sr. Carlos Pires Oliveira Dias é pai do Sr. Renato Pires Oliveira Dias e da Sra. Maria Regina Camargo Pires Ribeiro do Valle. O Sr. Renato Pires Oliveira Dias é

irmão da Sra. Maria Regina Camargo Pires Ribeiro do Valle. O Sr. Antônio Carlos Pipponzi e a Sra. Rosalia Pipponzi Raia De Almeida Prado são irmãos. A Sra. Cristiana Almeida Pipponzi é sobrinha do Sr. Antônio Carlos Pipponzi e da Sra. Rosalia Pipponzi Raia De Almeida Prado, prima do Sr. Eugênio De Zagottis e do Sr. Marcello De Zagottis. O Sr. Eugênio De Zagottis é filho da Sra. Rosalia Pipponzi Raia de Almeida Prado e sobrinho do Sr. Antônio Carlos Pipponzi.

b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, direta ou indiretas, do emissor;

Não existe

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor;

Vide item “a” acima.

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladas diretas e indiretas do emissor.

Não existe

Item 12.10 do Formulário de Referência. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos últimos 3 exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor;

Não existe.

b. controlador direto ou indireto do emissor;

Não existe

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Não existe

ANEXO IV

(Conforme item 13, do Anexo 24, da Instrução CVM nº 480)

Proposta de Remuneração dos Administradores

13.1. Política/ Prática de Remuneração

a. objetivos da política ou prática de remuneração:

A política de remuneração para o conselho de administração, diretoria estatutária, não estatutária e conselho fiscal seguem o padrão de mercado, visando atrair e reter bons profissionais.

b. composição da remuneração:

I. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:

Conselho de Administração:

Os membros do conselho de administração recebem honorários fixos mensais seguindo o padrão de mercado, para atuar na definição, desenvolvimento e acompanhamento das estratégias da Companhia. Os honorários são iguais para todos os membros com exceção dos honorários do presidente que são diferenciados.

Diretoria Estatutária:

Os membros da diretoria recebem honorários fixos mensais dentro dos padrões de mercado, bem como gratificações em dinheiro de acordo com as avaliações dos resultados alcançados. Os membros da diretoria também podem receber remuneração baseada em ações. As gratificações e o plano de ações têm como objetivo estimular a diretoria a se alinhar com os objetivos maiores da Companhia.

Conselho Fiscal:

Cada Membro do Conselho fiscal recebe remuneração fixa mensal equivalente a R\$ 8.311,55.

II. proporção de cada elemento na remuneração total:

Em 2015 a remuneração do Conselho de Administração deverá ser 100% fixa e 0% variável.

A remuneração da Diretoria Executiva deve ser situada na faixa de 48% para a parte fixa e 52% para a variável.

A remuneração do Conselho Fiscal é 100% fixa e 0% variável.

III. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração:

Os valores de reajuste da remuneração fixa são definidos pelo Conselho de Administração, dentro do limite do valor determinado pela Assembleia Geral Ordinária. Os valores da remuneração variável são determinados em função do orçamento e de sua execução.

IV. Razões que justificam a composição da remuneração:

O maior peso atribuído à remuneração variável justifica-se como forma de associá-la aos objetivos estratégicos da Companhia e motivar a Diretoria a perseguir-los no curto e longo prazo.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

Os principais indicadores da remuneração variável são as Metas Individuais, Vendas e o EBITDA.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:

Tanto a remuneração fixa quanto a remuneração variável e a baseada em ações são estruturadas de forma escalonada, para permitir valores progressivos na medida em que os resultados superem as metas estabelecidas.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo:

Tanto a remuneração variável quanto a remuneração baseada em ações têm seus valores atrelados ao atingimento das políticas e metas estratégicas e financeiras determinadas para o curto, médio e longo prazo.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

Não existe.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor:

Não existe.

13.2. Remuneração Total por Órgão (R\$ mil)

2015 - Prevista*	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total Geral
Número de membros	9	8	3	20
Remuneração fixa anual:	1.688	9.256	299	11.243
Honorários	1.688	9.256	299	11.243
Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Remuneração variável anual:	-	9.942	-	9.942
Bônus	-	9.942	-	9.942

Participação nos resultados	-	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-	-
Total	1.688	19.198	299	21.185

* Conforme remuneração total, que consta no item 4 da Proposta da Administração.

Exercício de 2014	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total Geral
Número de membros	9	8	3	20
Remuneração fixa anual:	1.584	8.006	281	9.871
Honorários	1.584	8.006	281	9.871
Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Remuneração variável anual:	-	3.972	-	3.972
Bônus	-	3.972	-	3.972
Participação nos resultados	-	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-	-
Total	1.584	11.978	281	13.843

Exercício de 2013	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total Geral
Número de membros	9	7	3	19
Remuneração fixa anual:	1.544	7.274	256	9.074
Honorários	1.544	7.274	256	9.074
Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Remuneração variável anual:	-	7.301	-	7.301
Bônus	-	7.301	-	7.301
Participação nos resultados	-	-	-	-

Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-	-
Total	1.544	14.575	256	16.375

Exercício de 2012	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total Geral
Número de membros	9	7	3	19
Remuneração fixa anual:	1.549	6.757	216	8.522
Honorários	1.549	6.757	216	8.522
Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Remuneração variável anual:	-	3.367	-	3.367
Bônus	-	3.367	-	3.367
Participação nos resultados	-	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-	-
Total	1.549	10.124	216	11.889

13.3. Remuneração Variável (R\$ mil)

2015 - Prevista	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total Geral
Nº de Membros	9	8	3	20
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (PR)	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração (PR)	-	9.942	-	9.942
Valor previsto no PR, caso as metas sejam atingidas	-	6.628	-	6.628
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	-
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (PR)	-	-	-	-

Valor máximo previsto no plano de remuneração (PR)	-	-	-	-
Valor previsto no PR, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	-

Exercício de 2014	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total Geral
Nº de Membros	9	8	3	20
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (PR)	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração (PR)	-	13.817	-	13.817
Valor previsto no PR, caso as metas sejam atingidas	1.565	11.480	-	13.045
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	3.972	-	3.972
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (PR)	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração (PR)	-	-	-	-
Valor previsto no PR, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	-

Exercício de 2013	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total Geral
Nº de Membros	9	7	3	19
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (PR)	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração (PR)	1.422	11.224	-	12.646
Valor previsto no PR, caso as metas sejam atingidas	1.166	9.204	-	10.370
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	7.301	-	7.301
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (PR)	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração (PR)	-	-	-	-
Valor previsto no PR, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	-

Exercício de 2012	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total Geral
Nº de Membros	9	7	3	19
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (PR)	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração (PR)	-	-	-	-
Valor previsto no PR, caso as metas sejam atingidas	2.350	12.226	-	14.576
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	3.367	-	3.367

Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (PR)	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração (PR)	-	-	-	-
Valor previsto no PR, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	-

13.4. Plano de Remuneração Baseado em Ações

a. termos e condições gerais:

Plano aprovado em 10/11/2011 e cancelado em 23/4/2014:

Poderão ser eleitos como beneficiários de outorgas de opção de compra de ações nos termos do Plano os administradores, executivos e empregados da Companhia ou de outras sociedades sob o seu controle direto ou indireto. O Plano de Opção vigente na Companhia foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10/11/2011. O Plano atualmente é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, o qual poderá delegar suas funções, observadas as restrições previstas em lei, a um comitê especialmente criado assessorá-lo na administração do plano. A outorga de opções de compra de ações nos termos do Plano é realizada mediante a celebração de contratos de outorga de opção entre a Companhia e os Beneficiários, os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê (conforme o caso): (a) a quantidade de ações objeto da outorga; (b) os termos e condições para aquisição do direito ao exercício das Opções; (c) o prazo final para exercício das Opções; e (d) o preço de exercício e condições de pagamento (“Contrato de Opção”). O preço de exercício das Opções outorgadas nos termos do Plano será fixado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, conforme o caso, com base na média da cotação das ações de emissão da Companhia na BM&FBovespa, ponderada pelo volume de negociação nos 30 últimos pregões que antecederem a outorga, corrigido monetariamente de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IPCA), ou por outro índice que venha a ser determinado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, conforme o caso.

Plano aprovado em 23/4/2014:

Poderão ser eleitos como Beneficiários de Ações Restritas nos termos do Plano os administradores e empregados da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle. O Plano vigente na Companhia foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23/4/2014. O Plano será administrado pelo Conselho de Administração, com a assessoria do Comitê de Pessoas. Anualmente, ou sempre que julgar

conveniente, o Conselho de Administração aprovará a outorga de Ações Restritas, elegendo os Beneficiários em favor dos quais a Companhia alienará as Ações Restritas nos termos do Plano, estabelecendo os prazos e condições de aquisição de direitos relacionados às Ações Restritas. O Conselho de Administração poderá condicionar a outorga de uma parcela de Ações Restritas ao investimento por parte do Beneficiário na aquisição de ações de emissão da Companhia com a utilização de sua remuneração variável, sendo que tais Ações Restritas também deverão estar sujeitas às regras de aquisição de direito estabelecidas. Adicionalmente, o Conselho de Administração poderá subordinar a aquisição de direitos relacionados às Ações Restritas a determinadas condições, bem como impor restrições à sua transferência, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo Beneficiário dessas mesmas Ações Restritas. Com o propósito de satisfazer a outorga de Ações Restritas nos termos do Plano, a Companhia, sujeita a lei e regulamentação em vigor, alienará ações mantidas em tesouraria, por meio de operação privada. Os Beneficiários somente adquirirão os direitos as Ações Restritas na medida em que permanecerem continuamente vinculados como administrador ou empregado da Companhia ou de outra sociedade sob seu controle, pelo período compreendido entre a Data de Outorga e as datas especificadas abaixo, conforme segue: (a) 1/3 (um terço) após o 2º aniversário da Data de Outorga; (b) 1/3 (um terço) após o 3º aniversário da Data de Outorga; e (c) 1/3 (um terço) após o 4º aniversário da Data de Outorga. Enquanto os direitos as Ações Restritas não forem plenamente adquiridos, nos termos e condições estabelecidas, o Beneficiário não poderá empenhar, vender, ceder, alienar ou transferir, direta ou indiretamente as Ações Restritas.

b. principais objetivos do plano:

Plano aprovado em 10/11/2011 e cancelado em 23/4/2014:

O Plano tem por objetivo permitir que os Beneficiários, sujeito a determinadas condições, adquiram ações da Companhia, com vistas a: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos dos Beneficiários; e (c) possibilitar à Companhia ou outras sociedades sob o seu controle (direto ou indireto) atrair e manter a ela vinculados os Beneficiários.

Plano aprovado em 23/4/2014:

O Plano tem por objetivo outorgar Ações Restritas às pessoas elegíveis como Beneficiários, com vistas a: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) contribuir para o incremento sustentável da lucratividade, da criação de valor e do preço das ações da Companhia no médio e no longo prazo (c) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos dos Beneficiários;

(d) possibilitar à Companhia ou outras sociedades sob o seu controle atrair e manter a ela(s) vinculados aos Beneficiários.

c. forma como o plano contribui para esses objetivos:

Plano aprovado em 10/11/2011 e cancelado em 23/4/2014:

O Plano confere aos seus participantes a possibilidade de serem acionistas da Companhia, em condições diferenciadas, estimulando-os a trabalhar na otimização de todos os aspectos que possam valorizar a Companhia. O Plano visa também, possibilitar a Companhia contratar e manter executivos de alto nível.

Plano aprovado em 23/4/2014:

O Plano prevê a outorga de ações aos Beneficiários para incentivar melhores desempenhos na gestão, no alcance de resultado de longo prazo e no alinhamento de interesses com os acionistas, o que, acreditamos, criará valor para a Companhia e seus acionistas no longo prazo.

d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor:

Plano aprovado em 10/11/2011 e cancelado em 23/4/2014:

O plano constitui um instrumento incentivador ao bom desempenho profissional e do comprometimento com metas estabelecidas pela Companhia.

Plano aprovado em 23/4/2014:

O Plano faz parte da estratégia de alinhamento de interesses e de retenção dos administradores e empregados com o compromisso destes na geração de valor à Companhia e aos acionistas.

e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo:

Plano aprovado em 10/11/2011 e cancelado em 23/4/2014:

O plano alinha os interesses dos Administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo, em função da modulação da outorga em cinco parcelas que exigem períodos de carência ao longo do tempo. Assim, para uma única outorga as opções só podem ser exercidas anualmente ao longo de cinco anos.

Este mecanismo estimula os Administradores a se alinhar com os objetivos de valorização das ações, tanto a curto, quanto a médio e longo prazo.

Plano aprovado em 23/4/2014:

Acreditamos que ao tornar nossos Administradores e empregados acionistas da Companhia, alinhamos interesses ao vincular parte do seu patrimônio com a criação sustentável de valor para a Companhia e seus acionistas no longo prazo. Além disso, o Plano busca preservar e fortalecer o vínculo dos nossos administradores e empregados no curto, médio e longo prazo.

f. número máximo de ações abrangidas:

Plano aprovado em 10/11/2011 e cancelado em 23/4/2014:

As Opções outorgadas nos termos do Plano poderão conferir direitos de aquisição sobre um número de ações que não exceda 3% das ações do capital social total da Companhia durante todo o prazo de vigência do Plano, computando-se nesse cálculo todas as opções já outorgadas no âmbito do Plano, exercidas ou não, exceto aquelas que tenham sido extintas e não exercidas, contanto que o número total de ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Plano esteja sempre dentro do limite do capital autorizado da Companhia.

Plano aprovado em 23/4/2014:

O número máximo de ações que poderão ser outorgadas no âmbito do Plano não excederá 2% (dois por cento) das ações representativas do capital social total da Companhia, sendo que tal limite será utilizado em período não inferior a 5 (cinco) anos.

g. número máximo de opções a serem outorgadas:

Plano aprovado em 10/11/2011 e cancelado em 23/4/2014:

Vide item “f” acima.

Plano aprovado em 23/4/2014:

O Plano contempla a outorga de ações e não de opções de compra de ações.

h. condições de aquisição de ações:

Plano aprovado em 10/11/2011 e cancelado em 23/4/2014:

As opções poderão ser exercidas desde que atendidas as condições e exigências previstas no plano.

Plano aprovado em 23/4/2014:

Os Beneficiários somente adquirirão os direitos as Ações Restritas na medida em que permanecerem continuamente vinculados como administrador ou empregado da Companhia ou de outra sociedade sob seu controle, pelo período compreendido entre a Data de Outorga e as datas especificadas abaixo, conforme segue: (a) 1/3 (um terço) após o 2º aniversário da Data de Outorga; (b) 1/3 (um terço) após o 3º aniversário da Data de Outorga; e (c) 1/3 (um terço) após o 4º aniversário da Data de Outorga.

Enquanto os direitos as Ações Restritas não forem plenamente adquiridos, nos termos e condições estabelecidas no item acima, o Beneficiário não poderá empenhar, vender, ceder, alienar ou transferir, direta ou indiretamente, as Ações Restritas.

i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício:

Plano aprovado em 10/11/2011 e cancelado em 23/4/2014:

O preço de exercício das Opções outorgadas nos termos do Plano será fixado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, conforme o caso, com base na média da cotação das ações de emissão da Companhia na BM&FBovespa, ponderada pelo volume de negociação nos 30 últimos pregões que antecederem a outorga, corrigido monetariamente de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IPCA), ou por outro índice que venha a ser determinado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, conforme o caso.

Plano aprovado em 23/4/2014:

O plano prevê a outorga de ações e não de opções de compra de ações. As ações serão outorgadas em pagamento da remuneração variável a que fizerem jus os participantes eleitos, não havendo, portanto, preço de exercício.

j. critérios para fixação do prazo de exercício:

Plano aprovado em 10/11/2011 e cancelado em 23/4/2014:

As opções outorgadas nos termos do Plano poderão ser exercidas, total ou parcialmente, observados os prazos e condições estipulados pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê (conforme o caso) e os termos e condições previstos nos respectivos Contratos de Opção.

Plano aprovado em 23/4/2014:

Não aplicável.

k. forma de liquidação:

Plano aprovado em 10/11/2011 e cancelado em 23/4/2014:

O Beneficiário que desejar exercer a sua opção de compra de ações deverá comunicar à Companhia, por escrito, a sua intenção de fazê-lo e indicar a quantidade das ações que deseja adquirir, nos termos do modelo de comunicação a ser divulgado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê (conforme o caso). Caberá à administração da Companhia tomar todas as providências necessárias para formalizar a aquisição das ações objeto do exercício.

Plano aprovado em 23/4/2014:

Não aplicável.

l. restrições à transferência das ações:

Plano aprovado em 10/11/2011 e cancelado em 23/4/2014:

Enquanto o preço de exercício não for pago integralmente, as ações adquiridas com o exercício da opção nos termos do Plano não poderão ser alienadas a terceiros, salvo mediante prévia autorização do Conselho de Administração, hipótese em que o produto da venda será destinado prioritariamente para quitação do débito do Beneficiário para com a Companhia.

Plano aprovado em 23/4/2014:

Enquanto os direitos as Ações Restritas não forem plenamente adquiridos, nos termos e condições estabelecidos, o Beneficiário não poderá empenhar, vender, ceder, alienar ou transferir, direta ou indiretamente, as Ações Restritas.

m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano:

Plano aprovado em 10/11/2011 e cancelado em 23/4/2014:

O Conselho de Administração ou o Comitê (conforme o caso) poderá determinar a suspensão do direito ao exercício das opções, sempre que verificadas situações que, nos termos da lei ou regulamentação em vigor, restrinjam ou impeçam a negociação de ações por parte dos Beneficiários.

Plano aprovado em 23/4/2014:

Alteração: Qualquer alteração legal significativa no tocante às leis e regulamentação das sociedades por ações, às companhias abertas, na legislação trabalhista e/ou aos efeitos fiscais de um plano de outorga de ações, poderá levar à revisão integral do Plano.

Extinção: O Plano poderá ser extinto a qualquer tempo por decisão da Assembleia Geral da Companhia.

n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações:

Plano aprovado em 10/11/2011 e cancelado em 23/4/2014:

Nas hipóteses de desligamento do Beneficiário por demissão, com ou sem justa causa, renúncia ou destituição ao cargo, aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento, os direitos a ele conferidos de acordo com o Plano poderão ser extintos ou modificados, observado o disposto abaixo: Se, a qualquer tempo durante a vigência do Plano, o Beneficiário: (a) desligar-se da Companhia por vontade própria, pedindo demissão do seu emprego ou renunciando ao seu cargo de administrador: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidos, na data do seu desligamento, poderão ser exercidos, no prazo de 30 dias contados da data de desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; (b) for desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão por justa causa ou destituição do seu cargo por violar os deveres e atribuições de administrador, todos os direitos já exercíveis ou ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; (c) for desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão sem justa causa ou destituição do seu cargo sem violação dos deveres e atribuições de administrador: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, serão automaticamente exercíveis, antecipando-se o prazo de carência, desde que o faça no prazo de 30 dias contados da data do desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidos, no prazo de 30 dias contados da data de desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou

indenização; (d) desligar-se da Companhia por aposentadoria normal ou invalidez permanente: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, salvo se o Conselho de Administração deliberar pela antecipação do prazo de carência sobre parte ou a totalidade de tais direitos; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o Contrato de Opção na data do seu desligamento poderão ser exercidos no prazo de 12 meses contados da data do desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (e) desligar-se da Companhia por falecimento: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, salvo se o Conselho de Administração deliberar pela antecipação do prazo de carência sobre parte ou a totalidade de tais direitos; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu falecimento, poderão ser exercidos pelos herdeiros e sucessores legais do Beneficiário, desde que o façam no prazo de 12 meses, a contar da data do falecimento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

Plano aprovado em 23/4/2014:

Em caso de Desligamento do Beneficiário, as Ações Restritas cujos direitos ainda não tenham sido plenamente adquiridos terão a destinação que for definida pelo Conselho de Administração.

13.5. Participações Detidas por Órgão

Acionista	Quantidade de Ações	%
Acionistas titulares do controle difuso da Companhia	130.076.683	39,37
Conselho de Administração	1.629.810	0,49
Diretoria	243.506	0,07
Conselho Fiscal	180	0,00

Posição acionária de 31/01/2015

13.6. Remuneração Baseada em Ações

Não houve remuneração baseada em ações nos últimos três exercícios sociais.

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 23 de abril de 2014 foi aprovado o Programa de Incentivo de Longo Prazo com Ações, descrito no item 13.4, que ainda não teve nenhuma Ação Restrita outorgada.

13.7. Opções em Aberto

Não havia opções em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária ao final do último exercício social.

13.8. Opções Exercidas e Ações Entregues

Não foram exercidas opções ou foram entregues ações relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração ou da Diretoria Estatutária nos últimos três exercícios sociais.

13.9. Precificação das Ações/ Opções

Não se aplica, pois não houve remuneração baseada em ações nos últimos três exercícios sociais.

13.10. Planos de Previdência

Não possuímos plano de previdência conferido aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores Estatutários.

13.11. Remuneração Máxima, Mínima e Média

2015 Previsto <i>(R\$ mil)</i>	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Número de Membros	8	9	3
Valor da maior remuneração	4.937	460	100
Valor da menor remuneração	1.982	153	100
Valor médio da remuneração	2.400	188	100

2014 <i>(R\$ mil)</i>	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Número de Membros	8	9	3

Valor da maior remuneração	1.876	432	94
Valor da menor remuneração	807	144	94
Valor médio da remuneração	1.497	176	94

2013 <i>(R\$ mil)</i>	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Número de Membros	7	9	3
Valor da maior remuneração	3.864	432	85
Valor da menor remuneração	1.066	144	85
Valor médio da remuneração	2.082	177	85

2012 <i>(R\$ mil)</i>	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Número de Membros	7	9	3
Valor da maior remuneração	2.485	432	72
Valor da menor remuneração	1.010	144	72
Valor médio da remuneração	1.446	172	72

13.12. Mecanismos de Remuneração/ Indenização

Não existe plano de previdência em vigor conferido aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores Estatutários.

13.13. Percentual das Partes Relacionadas na Remuneração

Não há membros do Conselho de Administração ou da Diretoria que sejam partes relacionadas aos controladores diretos e indiretos.

13.14. Remuneração – Outras Funções

Nenhum membro do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal foi remunerado por outra função.

13.15. Remuneração Reconhecida – Controlador/ Controlada

Nenhum membro do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal teve a remuneração reconhecida no resultado dos controladores do emissor, de sociedades sob controle comum e de controladas.

13.16. Outras Informações Relevantes – Remuneração

Não temos nenhuma informação adicional que possa ser considerada relevante.